



Número: **0000547-71.2021.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FELIPE ANASTACIO DE SOUZA (AUTOR)		JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHAES (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73258820	07/01/2021 09:33	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
73260459	07/01/2021 09:33	<a href="#">FELIPE ANASTACIO DE SOUZA PROC+TERMO+RG+COMP RES</a>	Documento de Comprovação
73260460	07/01/2021 09:33	<a href="#">FELIPE ANASTACIO DE SOUZA FICHA 1º ATEN HG EXERCITO+ PRONTUÁRIO</a>	Documento de Comprovação
73260461	07/01/2021 09:33	<a href="#">FELIPE ANASTACIO DE SOUZA BOLETIM DE OCORRENCIA+CARTA NEG</a>	Documento de Comprovação
73288762	07/01/2021 15:34	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
73503843	13/01/2021 16:27	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
73505166	13/01/2021 16:49	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
73505167	13/01/2021 16:49	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
73506050	13/01/2021 16:56	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
75047723	11/02/2021 11:36	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
75048938	11/02/2021 11:36	<a href="#">2783587_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
75048939	11/02/2021 11:36	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
75048940	11/02/2021 11:36	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO PARA VIRTUAL</a>	Outros (Documento)
75048955	11/02/2021 11:42	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
75048960	11/02/2021 11:42	<a href="#">2783587_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
76732181	11/03/2021 11:46	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição (3º Interessado)
76792689	12/03/2021 08:43	<a href="#">Laudo</a>	Petição em PDF
76792691	12/03/2021 08:43	<a href="#">LAUDO 0000547-71.2021.8.17.2001</a>	Laudo Pericial

77178 547	18/03/2021 13:37	<a href="#">Outros (Petição)Réplica + manifestação acerca do laudo</a>	Outros (Petição)
77280 138	22/03/2021 15:19	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
77789 041	29/03/2021 17:02	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
78684 078	14/04/2021 15:22	<a href="#">Petição</a>	Petição
78684 886	14/04/2021 15:22	<a href="#">2783587_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Petição em PDF
78684 888	14/04/2021 15:22	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
78684 890	14/04/2021 15:22	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
79758 615	03/05/2021 10:36	<a href="#">Execução / Cumprimento de Sentença</a>	Execução / Cumprimento de Sentença
80175 802	10/05/2021 00:58	<a href="#">Liberação de honorários</a>	Petição em PDF

**AO DOUTO JUÍZO DA VARA CÍVEL POR DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE RECIFE-ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, militar, portador da cédula de identidade sob o RG de nº 10.579.001, expedido por SDS/PE, inscrito no CPF de nº 135.821.144-22, residente e domiciliado na Rua Luis Raimundo de Souza, nº 195, Centro, Moreno/PE, CEP: 54.800-000, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas abaixo assinado (Doc. 01), com, endereço para notificações e avisos de estilo na Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcante, nº 2795, Sala 102 – 1º andar, Galeria prime, Casa Caiada, Olinda-PE, CEP: 53040-000, com endereços eletrônicos [jm\\_adv08@hotmail.com](mailto:jm_adv08@hotmail.com), onde normalmente recebem notificações e intimações de estilo, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT,**

Com fulcro no Código Civil, CTR e nas Leis Federais de nº 6194/74, 8441/92, 11.482/07, art. 8º e 11.945/09, em face de **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrito no CNPJ sob o nº **33.054.826/0001-92**, com sede Av. Marquês de Olinda, 175 - Recife, PE, 50030-000, consoante os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**I – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Necessário esclarecer a esse juízo, que o Demandante possui real necessidade de ser beneficiário da **JUSTIÇA GRATUITA**, conforme declaração de pobreza acostado nos autos, posto que, é vítima de acidente de trânsito, e tem suportado enormes prejuízos de ordem financeira, em virtude das lesões e seqüelas resultantes da colisão, logo, afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sucumbências sem prejuízo do sustento próprio bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos da Lei 1.060/50.

**II – DO CONVÊNIO ENTRE A SEGURADORA LÍDER E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:**

A Seguradora Líder, responsável pelo pagamento das indenizações do Seguro DPVAT, realizou convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a finalidade de custear os honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015.

É de ciência de todos que ocorre trimestralmente Mutirões nas Ações de Seguro DPVAT, as audiências de conciliações são realizadas concomitantemente com as perícias médicas, em que os peritos judiciais graduam a debilidade dos Autores e diante destas perícias as partes conciliam quando tem alguma diferença a receber, constata na referida perícia.

A partir do segundo semestre do ano de 2015, inspirados no exemplo das audiências realizadas no Mutirão de DPVAT, e respaldados no Convênio entre a Seguradora Líder e o Tribunal, alguns magistrados passaram a realizar audiências de conciliação e concomitantemente, durante a seção, um perito nomeado pelo Juízo realiza o exame na parte autora a fim de constar a graduação da debilidade ocasionada pelo acidente.

Constatada a graduação da invalidez, durante a própria audiência, a parte RÉ, apresenta proposta de acordo, baseada no laudo e na tabela de gradação elaborada pela Lei nº 11.945/2009.

Como a prova pericial, nestes tipos de ações, é imprescindível para a solução da lide, e seguindo o que prevê o novo código de processo civil em seu artigo 319, inciso VII, vem o **AUTOR declarar que não tem interesse,**



neste primeiro momento, em participar da Audiência de Conciliação e Mediação, tendo em vista que se faz necessário a realização da perícia medica para atestar e graduar a debilidade da parte autora em decorrência acidente de trânsito em questão.

**Diante do exposto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015 e posteriormente uma possível composição amigável.**

### **III – DOS FATOS**

O Autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 15/02/2020 e teve como consequência debilidade permanente no membro inferior esquerdo, conforme laudos médicos anexos.

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço do Consórcio Líder Seguradora, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é partícipe do convênio DPVAT.

Algun tempo depois a Seguradora enviou para o Autor uma correspondência exigindo a complementação da documentação, com o claro intuito de protelar o pagamento do seguro, que, insta salientar, na maioria esmagadora dos casos é pago em valor inferior ao que a parte de fato faz jus.

**Diante da tentativa de frustrar a empreitada do AUTOR de receber a indenização, na via administrativa, vem PLEITEAR NA JUSTIÇA COMUM À INDENIZAÇÃO QUE É DEVIDA, ANTE SUAS SEQUELAS IRREVERSÍVEIS, COM A NECESSIDADE DE REALIZAR À PERÍCIA MÉDICA, PARA COMPROVAR O GRAU DE SUA DEBILIDADE PERMANENTE.**

Portanto, diante das sequelas sofridas do Requerente, visto se tratar de invalidez permanente a quantia certa para cobertura, segundo legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Salienta-se que a Empresa Seguradora nada pagou pela debilidade permanente sofrida pelo Autor.

Os documentos apresentados atestam o Autor como Invalido Permanentemente, ou seja, invalidez total, portanto o valor correto que o Demandante deverá receber em conformidade com a Lei é o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Não restando outra opção ao Requerente senão pedir a proteção jurisdicional, por todas as sequelas sofridas.

### **IV – DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.**

O interesse processual emerge da necessidade da parte ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela puder trazer alguma utilidade do ponto de vista prático para o demandante, de modo que é dispensável a prévia solicitação da indenização securitária DPVAT perante a Seguradora.

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que o dispositivo constitucional tem aplicabilidade plena e imediata, não havendo necessidade de esgotamento das vias administrativas para que aquele que se sinta lesado ou ameaçado de sofrer lesão recorra ao Poder Judiciário.

Acionar o Poder Judiciário é um direito garantido constitucionalmente a qualquer pessoa e seria um contra-senso ser punido por exercer um direito.

PEDRO LENZA ensina que “em decorrência do princípio em análise, não mais se admite no sistema





constitucional pátrio a chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso 3 Gabinete do Desembargador CAMARGO NETO 51186-96-AC(10) forçado, conforme se verificava no art. 153, § 4º, da CF/69, na redação dada pela EC n. 7, de 13.04.1977. Para se ingressar (“bater às portas”) no Judiciário não é necessário, portanto, o prévio esgotamento das vias administrativas”.

CINTHIA ROBERT declara que “o acesso à Justiça está incluído no rol dos Direitos Humanos. A atividade protetiva do Estado, aliado ao princípio da isonomia, transforma o acesso à Justiça em acesso ao próprio Direito, o que não é preocupação exclusiva do Estado Brasileiro, constituindo-se em preceito constitucional em outros Estados democráticos de Direito”.

Traz-se também o pensamento de ALEXANDRE CESAR no sentido de que “a garantia de efetivo acesso à Justiça também constitui um Direito Humano e, mais do que isto, um elemento essencial ao exercício pleno da cidadania, já que, indo além do simples acesso à tutela jurisdicional, não se limita ao mero acesso ao Poder Judiciário”.<sup>3</sup> Nesse contexto, tem-se que passou a ser incompatível com a Constituição vigente, a exigência de esgotamento de instâncias administrativas como condicionante do exercício do indivíduo de ter a sua questão examinada pelo Poder Judiciário.

No caso dos autos ao AUTOR foi feita exigência de envio de documento desnecessário ao pagamento do seguro DPVAT. **A regulação então não foi concluída por que o AUTOR, acobertado pelo princípio da Inafastabilidade da Jurisdição ínsito no art. 5º, XXXV, DA CF, procurou a tutela do Estado para receber a indenização do seguro DPVAT.**

Condicionar a possibilidade do acesso ao Judiciário ao percurso administrativo, equivaleria a excluir do Judiciário uma possível lesão a direito individual, em ostensivo gravame a garantia do art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

Conclui-se, então, que a obrigatoriedade de se esgotar a instância administrativa para só depois buscar o Judiciário, fere o princípio da jurisdição una, adotado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Nesse sentido, entende o STJ nos seguintes julgados:

“Apresenta-se clara a existência do interesse em agir, de vez que desnecessário o prévio requerimento na via administrativa para ensejar o ingresso na via judiciária.”.

“A contestação da União demonstrando contrariedade ao mérito da demanda, não apenas alegando a necessidade de exaurimento da via administrativa, faz surgir o interesse processual. Mostra-se desnecessário, assim, percorrer a via administrativa antes do ingresso em juízo.”

#### IV – DO DIREITO

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa. Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº. 11.482/07 e Lei nº. 11.945/09, que ampara a pretensão da presente ação, in verbis:

**Art. 8o Os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:**

**“Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas**



**de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**a) (revogada);**

**b) (revogada);**

**c) (revogada);**

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR).**

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra "b", da Lei nº 6.194/74:

**Art. 5 O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

**§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)**

**b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;**

**Referente à invalidez permanente sofrida, com a prova dos laudos apresentados e anexados na presente lide, apontam sem titubeios que o Autor tornou-se portador, em razão do acidente, debilidade permanente no membro inferior esquerdo, de caráter definitivo e irreversível.**

No entanto, a quantia certa para cobertura da invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois a debilidade **permanente foi no membro inferior esquerdo**, conforme Laudos, Relatórios Médicos para Avaliação de Invalidez Permanente em anexo, não podendo ser contrariado as leis federais acima mencionadas.

Logo, o Art. 8º da Lei de nº 11.482/07, em que revogou o art. 3º da Lei 6.174/74, que determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) não ocorrendo qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores. Ficando, claro que a revogação da referido artigo não modifica o entendimento que a tabela determinada pelo CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), não possui qualquer respaldo legal, e sim, a regulada pela Lei nº. 11.945/09. Vale enfatizar, que a Lei de nº. 11.482/07 vigorará para os acidentes ocorridos a partir de 29/12/2006.

Segue jurisprudência do 1º Colégio Recursal de Pernambuco:

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. TABELA QUE PREVE PAGAMENTO DE 70% DO TETO MÁXIMO. DIFERENÇA A SER PAGA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Insurge-se o recorrente contra a sentença (fls. 53/55), que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão da necessidade de produção de prova pericial por absoluta ausência de laudo oficial do IML. Em suas razões (fls. 57/60), em suma, aduz que tendo em vista ter sido pago indenização a**



menor no valor de R\$ 2.040,49, quando deveria ser baseado no valor de R\$ 13.500,00 x 70%, o que equivaleria a R\$ 9.450,00, pois este percentual equivale a debilidade permanente de um dos membros superiores. Ressalta que no caso em exame não se discute perda da função, inutilização de membro ou invalidez permanente. Ressalta que os laudos acostados são firmes em afirmar que o recorrente tornou-se portador de debilidade permanente do membro superior direito. Enfim, pede seja reformada a sentença para pagar-lhes a diferença correspondente a R\$ 7.045,51 (sete mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Em suas contra-razões (fls. 66/68), em síntese, pugna pela manutenção da sentença desafiada. É o relatório. Com efeito, o recorrente teria direito ao percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 se tivesse, ao mínimo, acostado aos autos o laudo traumatológico produzido pelo IML, mas não o fez, preferindo acostar fichas de atendimentos realizados em outros municípios, de forma que sem o laudo confeccionado pelo IML outra não é o caminho que não a extinção do processo sem resolução de mérito pela complexidade da causa. Houve o reconhecimento, por parte da seguradora, da invalidez do autor, e além disso, a própria seguradora na audiência reconheceu a invalidez, de forma que considerando a tabela acostada às fls. 36, o percentual de perda é de 70%, devendo ser paga a recorrente a diferença correspondente a R\$ 7.045,51, tendo em vista já ter recebido a quantia de R\$ 2.404,49. E a tabela, para estes casos, prevê o percentual de 70%, que incidirá sobre o valor de R\$ 13.500,00. Faz jus, o autor, a receber a diferença pleiteada. Dou provimento ao recurso, julgando procedente o pleito do autor, condenando a recorrida a pagá-lo a quantia de R\$ 7.045,51, devidamente corrigida pela Tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento desta, e juros de 1% ao mês, a partir da citação. É como voto. **ACÓRDÃO:** Realizado o julgamento do recurso nominado, onde são partes, como recorrente: JABSON ALEXANDRE CORREIA DE AMORIM, e como recorridos: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, em 08 de junho de 2011, a 1ª Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, composta pelos Juízes de Direito Dr. AUZIÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI, Dr. ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e Dr. NILDO NERY DOS SANTOS FILHO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes componentes da 1ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, a unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Publicado nesta sessão, ficam as partes de logo intimadas. Recife, Sala das Sessões, 08 de junho de 2011. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02422/2011, Relator Roberto Carneiro Pedrosa, j. 08/06/2011).

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). DEBILIDADE PERMANENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE AFASTADA. INDENIZAÇÃO FIXADA POR LEI EM R\$ 13.500,00. PERCENTUAL DE 70% RECONHECIDO. DIFERENÇA DEVIDA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.** (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02107/2011, Relator Auziênio de Carvalho Cavalcanti, j. 08/06/2011).

O seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

Logo, o valor que deverá ser pago é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela **debilidade permanente no membro inferior**. Portanto, diante do exposto, a indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

Correspondente à integralidade a ser pago pela Demandada, que indevidamente deixou de lhe pagar, referente à debilidade no membro superior esquerdo.

## **V – DOS PEDIDOS:**

EX POSITIS, requer:

I – Que seja concedido o Autor o pedido da **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei nº 1.060/50;



II – Que o Autor declara que não tem interesse na conciliação (art. 319, VII do CPC/15);

III – Que seja deferido o pedido da segunda preliminar para nomeação de perito, para atestar e graduar a debilidade da parte autora, bem como as debilidades que forem atestadas no ato da realização da perícia médica judicial em decorrência do acidente, conforme Convênio firmado entre Seguradoras do Consórcio DPVAT e Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015);

IV – A citação da empresa Ré, para responder nos termos desta ação, sob pena de revelia, devendo a mesma ser condenada ao final a pagar a integralidade da cobertura securitária título do seguro obrigatório DPVAT na quantia pecuniária apontada como valor da causa, desde data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbência sobre o total apurado;

V – Por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da verdade.

Atribui-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Recife/PE, 07 de Dezembro de 2020.

---

**JULIANA MAGALHÃES**  
**OAB/PE nº. 22.820-D**





Advocacia

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** Felipe Amadorcia de Souza, brasileiro, solteiro, Militar, RG de nº 10.579.001, EPP nº 135.881.149-99, residente e domiciliado na Rua Luis Raimundo de Souza, nº 195, Moreno - PE, CEP: 54.800-000.

**OUTORGADO:** **JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE sob o nº 22.820, com endereço profissional à Av. Fagundes Varela, 988, Sala 10, Jardim Atlântico, Olinda-PE, com endereço eletrônico [jm\\_adv08@hotmail.com](mailto:jm_adv08@hotmail.com).

**PODERES**

Para representá-lo em juízo, conforme cláusula "ad judicium", conferindo-lhe amplos poderes para defendê-lo em qualquer juízo, instância ou Tribunal, outorgando-lhe poderes especiais para requerer, contestar, indicar provas e testemunhas, protestar, executar, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, transigir, firmar acordos e compromissos, desarquivar processos, recorrer, acompanhar andamento de processo, apresentar contrarrazões, requerer e receber Alvará Judicial para dar quitação, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15, podendo ainda substabelecer em parte ou no todo, com ou sem reservas, hipótese em que comunicará aos outorgantes os poderes que ora são outorgados, sempre no interesse dos outorgantes.

**DECLARAÇÃO DE POBREZA:** declarado, firmado sob as penas das Leis 1060/50, que se encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Recife, 22 de fevereiro de 2020.

Felipe Amadorcia de Souza  
Outorgante

Av. Fagundes Varela, 988, Sl. 10, Jardim Atlântico, Olinda, PE. [jm\\_adv08@hotmail.com](mailto:jm_adv08@hotmail.com)  
(81) 999535-9683 / 17220606



## TERMO DE RESPONSABILIDADE

EU, Felipe Amâncio de Souza, brasileiro, solteiro,  
Militar, RG de Nº 10579001, CPF de Nº 135.821.199-22, residente  
e domiciliado na Rua Luis Raimundo de Souza Declaro para  
Nº 195, Moreno - PE, CEP: 54.800-000.

os devidos fins de direito que me responsabilizo por todas as informações, declarações  
prestadas e documentos apresentados para requerer a indenização do Seguro  
Obrigatório DPVAT Judicialmente, visto que fui vítima de um acidente de trânsito,  
perante qualquer juízo e órgãos municipais, estaduais e federais, de total minha  
responsabilidade que estou ciente desse ato.

Obs: Esta Declaração é expressão da verdade, pelo qual me responsabilizo civil e  
criminalmente sob as penas da Lei - Art.299 do Código Penal Brasileiro.

E por estar de acordo com o que aqui foi narrado, firmo o presente em duas vias  
de igual teor.

RECIFE, 02 de outubro de 2019.

X Felipe Amâncio de Souza  
Assinatura

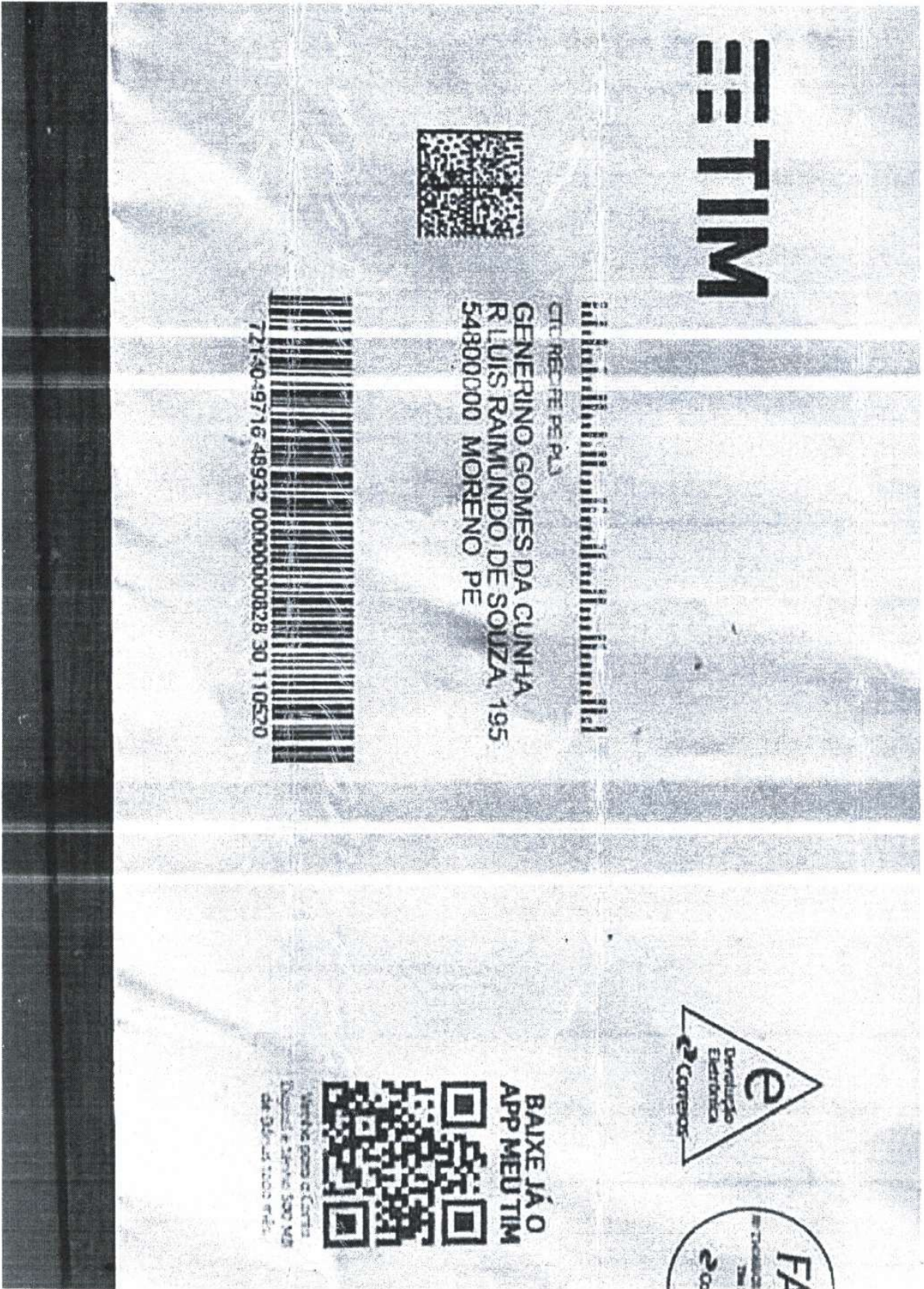












MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CAME - 7ª RM - 7ª DE  
HOSPITAL GERAL DE RECIFE

**DOCUMENTO DE ALTA**

Teve alta deste Hospital Felipe Alencar de  
Gouveia do (a) PC  
com 26 anos de idade, natural de Recife  
filho de Paulo Alencar de Sá e Lucia Alencar  
socio da sua Unidade até 09 de 07 de 2020, por este  
Hospital, até esta data.

Hospital - Geral de Recife, 09 de 07 de 2020

MOLÉSTIA: 977

OBSERVAÇÕES: Plta. por encaminhamento  
para 12.º Hospital de Socorro Militar  
de Casuarina de Recife

Médico - Chefe da Enfermaria PA

Chefe do SAME

26/06/2020 08:28





MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE  
(Hospital Militar de Pernambuco/1817)

RECEBI UMA VIA

Em 08/03/2020

Ao Sr. Diretor do Hospital Militar de Área do Recife  
Assunto: Solicitação de documentação nosológica.

Nome: Sr. ANASTASIO

Identificação do Requerente					
Nome completo: <u>Júlia Anastácio de Souza</u>					
Identidade: <u>10579001</u>		CPF: <u>135 821 144-22</u>			
Rua/Av: <u>Engenheiro</u>					
Nº <u>07</u>	Complemento: <u>Edson</u>		Bairro: <u>Juazeiro</u>		
Cep: <u>54800000</u>	Cidade: <u>Moreno</u>	UF: <u>PE</u>	Fone/Email: <u>993142637</u>		
Identificação do Paciente					
Nome completo: <u>[REDACTED]</u>					
Identidade: <u>10579001</u>		CPF: <u>135 821 144-22</u>			
Rua/Av: <u>Engenheiro</u>					
Nº <u>07</u>	Complemento: <u>[REDACTED]</u>		Bairro: <u>Juazeiro</u>		
Cep: <u>54800000</u>	Cidade: <u>Moreno</u>	UF: <u>PE</u>	Fone/Email: <u>993142637</u>		
Prec CP: <u>070820067</u>	Idi MB/EB ou RA: <u>070820090</u>	Nº Prontuário: <u>09-03-2020</u>	Data da última baixa: <u>09-03-2020</u>		
Venho Requerer a V. S.ª:					
<u>322 Exigência dos dados para o acidente da</u>					
<u>13621 J. Continuação médica</u>					
COM A FINALIDADE DE: <u>Do [REDACTED] no regime Dpibat</u>					
Anexos (Fotos): <u>[REDACTED]</u>					
Identidade: <u>10539801</u>		CPF: <u>135 821 144-22</u>			
Procuração: <u>[REDACTED]</u>		Outros: <u>[REDACTED]</u>			
Outros: <u>[REDACTED]</u>		Outros: <u>[REDACTED]</u>			

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linhas MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Conferir com o original

RECIFE 09 DE 03 DE 2020

Júlia Anastácio de Souza  
Assinatura do Requerente ou Procurador

Em [Assinatura]



## 14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA

## FICHA MÉDICA

## SEÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DA UNIDADE (SSSU)

30.03.2020 (SU)	33.1.2020 POSTO/GRAD	Augusto NOME DE GUERRA
--------------------	-------------------------	---------------------------

IDENTIFICAÇÃO		ANO DE INCORPORAÇÃO:	
NOME COMPLETO: <u>Augusto Augusto de Souza</u>			
IDT/RA Nº: <u>40.020.2020</u>	PREC-CP:	CPF: <u>133.902.249.22</u>	
D N: <u>22/03/2000</u>		NATURALIDADE:	
ENDEREÇO:		CEP.:	
BAIRRO:	CIDADE:	Nº TELEFONE:	
FILIAÇÃO: PAI: <u>Augusto Augusto de Souza</u>		MÃE: <u>Augusta de Souza</u>	
SITUAÇÃO MILITAR:			
ORIGEM:	TP SANGÜÍNEO	FATOR RH:	

OBSERVAÇÃO CLÍNICA	
ALERGIAS:	PESO: (KG) ALTURA:
DOENÇAS PREGRESSAS:	
CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL:	
CIRCUNFERÊNCIA DO QUADRIL:	
CIRCUNFERÊNCIA TORÁCICA:	

CONTROLE SANITÁRIO		
VACINAS OBRIGATORIAS	VACINAS OPCIONAIS	CONTROLE DE PESO
TT: 1ª DOSE		
2ª DOSE		
REFORÇO		31/03/2020 KG
VAT: 1ª DOSE		
2ª DOSE		30/06/2020 KG
REFORÇO		
VAA: DOSE ÚNICA		30/09/2020 KG
REFORÇO		30/12/2020 KG



**HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE**  
(Hospital Militar de Pernambuco / 1817)

**PARECER CARDIOLÓGICO COM RISCO CIRÚRGICO**

1. NOME: RICARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA IDADE: 20 ANOS

**2. SINTOMATOLOGIA:**

ASSINTOMÁTICO ( ) PRECORDIALGIA ( ) DISPNEIA AOS ESFORÇOS FÍSICOS ( ) ORTOPNEIA ( ) DISPNEIA ( )  
PAROXISTICA NOTURNA ( ) PALPITAÇÕES ( ) TONTURAS ( ) LIPOTÍMIA ( ) SÍNCOPE ( ) EDEMA PERIFÉRICO ( )

OUTROS ( ) \_\_\_\_\_

**3. ANTECEDENTES:**

DIABETES MELITUS ( ) HIPERCOLESTEROLEMIA ( ) TABAGISMO ( ) CARDIOPATIA ISQUÊMICA ( ) IAM ( )  
ANGINA DO PEITO ( ) CARDIOPATIA FAMILIAR ( ) ARRITMIA CARDÍACA ( ) ICC ( ) DPOC ( ) MEDICAMENTO EM

USO: Nega

**4. EXAME FÍSICO**

ESTADO GERAL: Bom estado geral. Grande

AVC: Per em 26 Brf

AD: ru audível s/ RA

5. ELETROCARDIOGRAMA: Sinusal 1 eixo s/ 57 graus de desvio para a direita

ÍNDICE DE GOLDMAN

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
IAM > 05 MESES	05	RITMO NÃO SINUSAL C/ SINUSAL	05
IAM > 05 MESES	10	COM ESBV NO ECG PRÉ-OP	05
ANGINA CLASSE II	10	ESV > 05 POR MINUTO	05
ANGINA CLASSE IV	20	IDADE > 70 ANOS	05
ANGINA INSTÁVEL HÁ 05 MESES	10	EST. GERAL PRECÁRIO	10
EAF < 01 SEMANA	10	CIRURGIA DE EMERGÊNCIA	
EAF PASSADO	05	TOTAL	<u>0</u>
ESTENOSE AÓRTICA OU MITRAL (S)	20		

**6. CONCLUSÃO: CLASSIFICAÇÃO DO RISCO CIRÚRGICO PELO ÍNDICE DE GOLDMAN**

1. GRAU I = 0 - 5 PONTOS - RISCO LEVE ( ) APTO(A) PARA CIRURGIA
2. GRAU II = 6 - 12 PONTOS - RISCOS PEQUENO ( ) APTO(A) PARA CIRURGIA
3. GRAU III = 13 - 25 PONTOS - RISCOS MÉDIO ( ) SUGERE MONITORIZAÇÃO CARDÍACA NA CIRURGIA
4. GRAU IV = > 25 PONTOS - RISCOS GRANDE ( ) SE POSSÍVEL EVITAR CIRURGIA

**7. RECOMENDAÇÕES:**

pac s/ comorbidades, baixo risco cardiovascular.

RECIFE, 20, 02 / 20

Beatriz Cavalcanti de Sá  
Médica do Hospital Militar de Pernambuco  
CRM 10.000.000-00

MÉDICO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original

Em

Elisandro G. A. A. A. A.

SIM(S) - NÃO (N) - IMPORTANTE NÃO CONSIDERAR SE HOUVER RASURA.



[illegible]

img638.pdf    Imprimir    Salvar no OneDrive

14/03/2020

Atuszócsa és Pontusán

multă noaptea amfide amniotice  
de unde se vede că era de fapt o mână  
de lucru de la 09/03/2020 cu o mână  
de convalescenți. Mădăria pe 60 de  
zile pentru a se vedea:

Udruženje posmatrača: 1. 1. 2012.

[illegible]

WFO: 10/1/1971

ex: Pour moi (moi), c'est un plaisir de travailler.

10.  $\oplus$  Schreibe Ordinal der Position an. Zweite  
 2. Einmal um den Restpunkt für Operation.

NIEDJA BONZA  
2° Tes Médica  
CRM-PE: 24922  
IM: 070209972 WD/ES

OS/CT/ROSC

## Revenue Control

Militar com nova abordagem cresce alto  
(por suspensões dos dependentes no paracetamol).  
Não milícia fixadora...

- CO: ① Sel. Imperfect m86u.  
② Grunette ci sp. (cop Carlos Amargu)

④



## FICHA MÉDICA

1481 m/2  
(OM)38.210  
(SU)

N° \_\_\_\_\_

DATA 25/04/19

## IDENTIFICAÇÃO

135 822 144 22

NOME Yulipe Simontacio de Souza

IDT 30.599.001

DN 21/12/2002

NATURALIDADE Leopoldo - MG

FILIAÇÃO Luiz Carlos Alves de Souza E Maria José Simontacio

311 MIL 90 IV Amaral/2011 Af. 10

ORIGEM

(POSTO / GRAD)

(A / T / V / B / N / V)

GRUPO SANG.

FATOR RH

## OBSERVAÇÃO CLÍNICA

ANAMNESE: ANTECEDENTES FAMILIARES

ANTECEDENTES PESSOAIS

EXAME FÍSICO: ESTADO GERAL

PELE

MUCOSAS

TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO

ESQUELETO

CABEÇA

PESCOÇO

TÓRAX: CONFORMAÇÃO GERAL

PERCUSSÃO

PALPAÇÃO

AUSCULTA

ABDÔMEN: PALPAÇÃO

PERCUSSÃO

AUSCULTA

FC

PA

FR

PESO

ALTURA

OUTROS DADOS

## CONTROLE SANITÁRIO

## IMUNIZAÇÃO

VACINAS OBRIGATÓRIAS:

TT:

1ª DOSE

2ª DOSE

REFORÇO

/ /  
/ /  
/ /

VAT:

1ª DOSE

2ª DOSE

REVACINAÇÃO

/ /  
/ /  
/ /

VAA: DOSE ÚNICA

REFORÇO

/ /  
/ /

## VACINAS OPCIONAIS:

## CONTROLE DE PESO:

INICIAL \_\_\_\_\_ KG

31/MAR \_\_\_\_\_ KG

30/JUN \_\_\_\_\_ KG

30/SET \_\_\_\_\_ KG

30/DI '7 \_\_\_\_\_ KG

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXERCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO QUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Adjunto-Secretário

25/06/2020 16:30





DATA	MEDICAÇÃO	PARECER	DIAGNÓSTICO NUMÉRICO	RÚBRICA DO MÉDICO ASSISTENTE
20/12/19	MVB ANT AIRA RIFA 1 + RNE 1/1 Aptu			PEDRO VENEZES ASPOI MÉDICO CRM-E 25860 IDM 070 81 8675 MD/EB
20/12/19	10 - Fenpropolona + Amoxicilina 11 - Difenhydramina 1200000 UI 1/M 12 - Difenhydramina 01mg 1/M 31 - O paciente continua agitado + hiperativo + Desobediência + Depressão			PEDRO VENEZES ASPOI MÉDICO CRM-E 25860 IDM 070 81 8675 MD/EB
09/10/19	Muita restrição alimentar unilateral à esquerda, pulsátil, há 4 a 5 dias. Procurou remédios de homeopatia, mas não melhorou, pois permaneceu agitado.			

ENCERRADA EM: NGA: NOTAS: 01 fotocópia  
MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1ª BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Ajudante-Secretário

CO: 1) 565% - 250ml

2) Pneumonia

3) Depressão

ASS. DO CHEFE SEC. BAU CM

01 R. 150

01 R. 150

01 R. 150

01 R. 150

01 R. 150

01 R. 150

01 R. 150

11  
NUNCA BOM  
CRM-E 25860  
IDM 070 81 8675 MD/EB



SU DA JUNTADA

PURA

01/10/19 As 16h

Militar pronto e dor.

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(R) de Linhas MA e SC / 1772  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Ajudante-Jen. de 2º

Co ① Convalença na SSV

② Exame: OPA, IM, 6/6h OK

③ Teste: CR PA, IM, 8/8h OK

④ Realizar aumento

NIEDJA BOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24622  
161.0707098373 MD/EB

149 Vento Médica

Militar estado melhora do capalio.  
sem queixas no momento.

cp. Ocaso anti-inflamatório por 05 dias

NIEDJA BOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24622  
161.0707098373 MD/EB



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMDE 7º RM  
HOSPITAL MILITAR DE ARMA DO RECIFE  
RECEITUÁRIO MÉDICO

Edipe de S. G. G. G.

Comunicação  
de 60  
dias  
Lid 472

1/2  
09/07/20

Rua do Hospício, 563 CEP 50050-050 Recife - PE  
(81) 2123-4800



de Dados de Inspeção de Saúde

[http://sispmc.dsau.eb.mil.br/relatorios/sispmc\\_consulta\\_ficha](http://sispmc.dsau.eb.mil.br/relatorios/sispmc_consulta_ficha)

## INFORMAÇÃO PESSOAL - ACESSO RESTRITO

Art.5º, Inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
 Art.31 da Lei nº 11.527, de 18 de novembro de 2011  
 Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012



MINISTÉRIO DA DEFESA  
 EXÉRCITO BRASILEIRO  
 CMNE Cmo 7º RM

MINISTÉRIO DA DEFESA  
 EXÉRCITO BRASILEIRO  
 14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA  
 (R1 de Linha MA e SC / 1772)  
 REGIMENTO GUARARAPES  
 AUTENTICAÇÃO  
 Confere com o original  
 Em \_\_\_\_\_  
 Ajudante-Secretário

FICHA DE REGISTRO DE DADOS DE INSPEÇÃO: MPOM 2 (14<sup>o</sup> B I Mtz)

S: 28/2020

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
Posto/Grad: Sd	Nome: FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA	Situação: Serviço Militar inicial (1º ano)	
Identidade: 320000967055	Data de Nascimento: 15/06/2000	Naturalidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES	
Filiação: Pai: LUIZ ALVES DE SOUZA Mãe: MARIA JOSÉ ANASTÁCIO			
Endereço: RUA ET. CURCUNARUA, ENGENHO JUSSARA 128 JABOATÃO DOS GUARARAPES PE, CEP - 000000000000			
Tel: (81) 00000000000	CPF: 13582114422	Fax: 000000000000	E-Mail: secasoude14bimtz@gmail.com
<b>DADOS COMPLEMENTARES:</b>			
Organização Militar: 14º B I Mtz	Ofício de Encaminhamento: 53 - 14º B I Mtz		
<b>FINALIDADE</b>			
Verificação de capacidade laborativa (Militar Temporário)			
<b>EXAME CLÍNICO GERAL</b>			
PA: 120X80	FC: 80	FR: 19	Temperatura: 36,5
<b>Aspecto Geral:</b>			
História da doença atual: MILITAR EM CONVALESCENÇA PÓS OPERATÓRIA APÓS CIRURGIA POR FRATURA EM FÊMUR ESQUERDO (ACIDENTE COM MOTOCICLETA). SEM QUEIXAS NO MOMENTO. RECEBO DOCUMENTO DE ALTA QUE ORIENTA REPOUSO DOMICILIAR POR 60 DIAS.			
Sistema Respiratório: MV + EM AHT, SEM RA.			
Sistema Cardiovascular: RCR EM 2T, BNF, SEM SOPROS.			
Sistema Digestivo: SEM QUEIXAS. EVACUAÇÃO PRESENTE.			
Sistema Osteomuscular, pele e anexos: FO SEM SINAIS DE FLOGOSE.			
Sistema Nervoso: NON			
Sistema Urogenital: SEM QUEIXAS. DIURESE PRESENTE.			
Sistema Endócrino: NON			
Outros Sistemas:			
<b>ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC):</b>			
Peso (Kg): 74	Altura (m): 1,72	IMC: 25,0	Classificação: Excesso de Peso
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>			
<b>DIAGNÓSTICOS:</b>			
S72.- - Fratura do fêmur ( )			
/ CID-10			
<b>PARECER</b>			
Incapaz B1. Necessita de 30 dias de afastamento total do serviço e instrução para realizar seu tratamento, a contar de 06/03/2020.			
Diagnóstico(s): / S72.-			

JOÃO SOUZA  
 2º Tenente  
 CRM-PE: 27.022  
 141.070768373 MO/EB

26/03/2020

07/01/2021 08:12





a da Atividade de Inspeção de Saúde

http://sispmed.dsau.eb.mil.br/reatorios/sispmed\_consulta\_inspecao.asp

## INFORMAÇÃO PESSOAL - ACESSO RESTRITO

Art. 5º, inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
 Art. 5º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011  
 Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012



MINISTÉRIO DA DEFESA  
 EXÉRCITO BRASILEIRO  
 CMNE Cmo 7º RM

MINISTÉRIO DA DEFESA  
 EXÉRCITO BRASILEIRO  
 14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
 (RI de Linha MA e SC / 1772)  
 REGIMENTO GUARARAPES  
 AUTENTICAÇÃO  
 Confere com o original  
 Em

Ajudante-Secretário

## CÓPIA DE ATA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE: 2813 / 2020

A(O) MPOM 2 (14º BI Mtz) inspecionou na sessão 28 / 2020 o(a) abaixo identificado(a), que lhe foi apresentado por ordem superior a, sobre seu estado de saúde, proferiu o parecer a seguir discriminado:

## IDENTIFICAÇÃO:

Posto ou Grad: Sd	Nome: FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA	Situação: Serviço Militar Inicial (1º ano)	Categoria: Militares
Identidade: 320000967055	Data de Nascimento: 15/05/2000	Naturalidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES	CPF: 13582114422

## DADOS COMPLEMENTARES:

Organização Militar:  
14º BI Mtz

Documento de Encaminhamento:  
Boi - 53 - 19/03/2020 - 14º BI Mtz

## FINALIDADE:

Verificação de capacidade laborativa (Militar Temporário)

## ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC):

Peso (Kg): 74      Altura (m): 1,72      IMC: 25,0      Classificação: Excesso de Peso

## DIAGNÓSTICOS:

S72.- Fratura do fêmur (.). / CID-10.

## PARECER:

Incapaz B1. Necessita de 30 dias de afastamento total do serviço e instrução para realizar seu tratamento, a contar de 09/03/2020.

Diagnóstico(a) utilizado(a) para emissã. do Parecer: / S72.-

## OBSERVAÇÃO:

O parecer "Incapaz B1" significa que o(a) inspecionado(a) encontra-se incapaz temporariamente, podendo ser recuperado a curto prazo (até um ano). /

Sala de Sessões MPOM 2 (14º BI Mtz) quinta-feira, 25 de março de 2020

MPOM, NIEDJA RODRIGUES DE SOUZA ALVES, 2ºTen, Idt:0707088373/MJ, CRM: 24622

Confere com o original, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## INFORMAÇÃO PESSOAL - ACESSO RESTRITO

Art. 5º, inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
 Art. 5º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011  
 Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012

3046960

NIEDJA SOUZA  
 2º Ten V. / 10a  
 CRM: 24622  
 Idt:0707088373 MJ/EB



10/06/2020

Secretaria de Defesa Social :: INFOPOL



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 064ª CIRCUNSCRIÇÃO - GLORIA DO GOITÁ - DP64ªCIRC  
DINTER1/12ªDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 20E0154000627**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **10/06/2020** às **17:39**

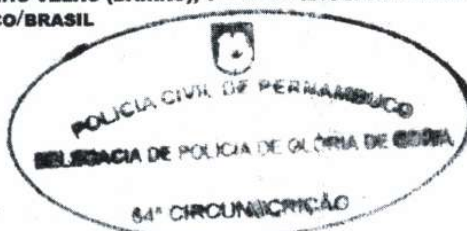
**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **15/2/2020** às **13:30**

Natureza Jurídica: **COLISÃO**

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE ENGENHO VELHO (BAIRRO), 1 - Bairro: ENGENHO VELHO - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)  
FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (VÍTIMA)



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA JOSÉ ANASTÁCIO** Pai: **LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA** Data de Nascimento: **24/12/2000** Naturalidade: **TEÓFILO OTONI / MINAS GERAIS / BRASIL** Documentos: **10579001/SDS/PE (RG), 13582114422 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **2º. GRAU COMPLETO** Profissão: **MILITAR**  
Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE MORENO, 195, RUA LUIS RAIMUNDO DE SOUZA, 195, MORENO-PE - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - MORENO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão)** - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**VEÍCULO MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR 150 BROS ESD** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE)**

Placa: **GA3745** (PERNAMBUCO/RECIFE) Chassi: **9C2KD0540DR125913**  
Ano Fabricação/Modelo: **2013/2014** Combustível: **ALCO/GASOL**

**VEÍCULO AUTOMÓVEL (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**  
Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMÓVEL/DESCONHECIDO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **1 (UNIDADE)**

26/06/2020 08:30



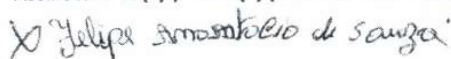
10/06/2020

Secretaria de Defesa Social :: INFOPOL

## Complemento / Observação

RRELA A VÍTIMA QUE ESTAVA CONDUZINDO A SUA MOTOCICLETA ACIMA CITADA PELA LOCALIDADE JÁ DESCRITA, QUANDO ESTAVA INDO PARA SUA RESIDÊNCIA APÓS TER SAÍDO DO BATALHÃO ONDE TRABALHA, POR OCASIÃO DO ACIONAMENTO DO PLANO DE CHAMADA, QUANDO UM VEÍCULO INESPERADAMENTE SAIU DE UMA RUA DO SEU LADO DIREITO E COLIDIU COM A MOTOCICLETA ONDE A VÍTIMA ESTAVA. COM O IMPACTO A VÍTIMA FOI ARREMESSADA E CHOCOU-SE COM O PARA-BRISA DO VEÍCULO VINDO A CAIR AO CHÃO. A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DO SAMU E ENCAMINHADA AO HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE(HMAR), ONDE FOI ATENDIDA, MEDICADA E FOI DIGANÓSTICADO UMA FRATURA EXPOSTA EM SEU FEMUR ESQUERDO. OBS: A VÍTIMA RELATA QUE O SEU VEÍCULO NA OCASIÃO DO ACIDENTE ENCONTRAVA-SE COM O SEU IPVA EM DIA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial



FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **SEVERINO EVALDO DO NASCIMENTO** - Matrícula: 159.816-3

Severino Evaldo do Nascimento  
Comissário Especial de Polícia  
Mat. 159.816-3







DIEEx nº 011 - Sgte/Cmt 3ª Cia Fuz  
EB: 64091.001691/2020-21

Jaboatão dos Guararapes - PE, 19 de Fevereiro de 2020.

Do: Cmt SU

Ao: Sr SCmt Btl

Assunto: Acidente com militar

NOME DO ENVOLVIDO: FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA

POSTO/GRAD: Sd EV

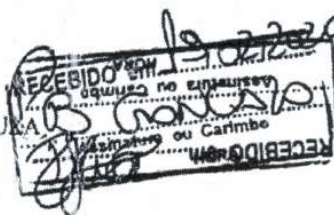
FUNÇÃO: Fuzileiro do 3º Pelotão

LOCAL DO FATO: Engenho Velho, Jaboatão dos Guararapes - PE

FOI ATENDIDO E MEDICADO: Sim

TESTEMUNHA: Não há

ANEXO: Não há



#### DESCRIÇÃO SUCINTA DO ACIDENTE

Por volta das 13:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2020, o Sd EV FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA, militar desta SU, relatou que estava conduzindo a sua motocicleta, indo para sua residência, após sair do Batalhão, por ocasião do Acionamento do Plano de Chamada; quando um veículo inesperadamente saiu de uma rua do seu lado direito, defronte a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Engenho velho, que está localizada na Avenida General Manoel Rabelo, Jaboatão dos Guararapes-PE; o veículo colidiu com a motocicleta que o Sd EV ANASTÁCIO estava, vindo o mesmo a chocar-se com o para-brisa do veículo e cair de imediato.

Após o fato, o Sd EV ANASTÁCIO, recebeu apoio de um efetivo de militares do 14º BIMtz, que estavam trafegando no local do fato, e em seguida





foi atendido por uma equipe do SAMU, sendo observado também pelo 3º Sargento CESAR, do 14º BIMtz. O Sd EV ANASTÁCIO foi encaminhado ao Hospital Militar de Área do Recife (HMAR), onde foi atendido, medicado e recebeu o diagnóstico que havia sofrido uma fratura exposta em seu fêmur esquerdo, o mesmo foi cirurgiado pelo CAP MED CARLOS HENRIQUE, e está aguardando a sua recuperação.

OBS: O Sd EV FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA, não possui Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e a motocicleta envolvida no acidente, uma HONDA BROS 150, PLACA - PGA 3745, está registrada em seu nome.

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXERCÍTO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RTE de Arma e 3094772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
COMUNICAÇÃO  
Confere com o original

Em

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**  
(Proposições importantes a serem esclarecidas)

Ajudante-Secretário

1 - Houve crime, transgressão disciplinar, imprudência ou desídia do militar envolvido?	SIM
2 - O fato ocorreu no exercício de suas atribuições funcionais?	NÃO
3 - O fato ocorreu durante o expediente normal ou, quando prévia e formalmente determinado por autoridade competente, em sua prerrogativa ou antecipação?	NÃO
4 - O fato ocorreu no cumprimento de ordem emanada de autoridade militar competente? Se positivo Qual autoridade?	NÃO
5 - O fato ocorreu no decurso de viagem em objeto de serviço, prevista em regulamento ou prévia e formalmente autorizada por autoridade militar competente, em ordem de serviço ou boletim na OM?	NÃO
6 - O fato ocorreu no decurso de viagem imposta por motivo de movimentação, efetuada no interesse do serviço ou a pedido?	NÃO
7 - O fato ocorreu no deslocamento entre a sua residência e a OM em que serve, ou entre aquela e o local de trabalho, ou entre aquela e o local em que sua missão devesse ter início ou prosseguimento, e vice-versa (nesse caso, deverá ser observada a relação entre tempo e espaço, o itinerário percorrido pelo militar e o local declarado como residência, inclusive para fins de vale transporte)?	NÃO
8 - O fato ocorreu em dia sem expediente, durante o deslocamento para tirar serviço para o qual se encontrava escalado?	NÃO

*Felipe Anastácio de Souza*  
**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA - Sd EV**  
Militar acidentado

*Victor Hugo Pereira Alencar de Bonfim*  
**VICTOR HUGO PEREIRA ALENCAR DE BONFIM - 1º TEN**  
Comandante da 3ª Companhia de Fuzileiros

26/06/2020 08:30



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200219037

Vítima: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Data do Acidente: 15/02/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 0189701898 - carta\_11 - INVALIDEZ





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810503

Processo nº **0000547-71.2021.8.17.2001**

AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO**

Inicialmente, em face da documentação acostada pelo demandante, na peça de ingresso, **CONCEDO-LHE**, com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei 7.115/83, art. 2º, da Lei Estadual 11.404/96 e os arts. 98 e ss. do NCPC, **os benefícios da justiça gratuita.**

Em seguida, analisando o caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), o cotidiano forense nos permite constatar a completa desarmonia da interpretação literal do art. 334 do NCPC, com o espírito da Constituição Federal.

Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão referida, invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o órgão gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau.

Desta forma, tendo em vista a necessidade da realização de perícia judicial, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, no presente caso, mas, sim, nos termos do art. 370, *caput*, NCPC a determinação de produção de prova pericial, indispensável para o deslinde do feito.

Assim, ante o exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC, e, por conseguinte, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à **Rua Jornalista Paulo Bitencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife/PE**, para, **independentemente de compromisso**, atuar no presente procedimento como **perito oficial**, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

Cite-se, a demandada.

Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC.



Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00, em favor do perito que subscrever o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, como se pode extrair da notícia veiculada na página do site oficial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, qual seja, [http://www.tjpe.jus.br/noticias\\_ascomSY/ver\\_noticia.asp?id=9785](http://www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/ver_noticia.asp?id=9785).

Conforme data informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no **dia 12/03/2021, das 09:00h às 10:00h, por ordem de chagada**, [na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 \(empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração\)](#)

Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, **cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo**.

Caso entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista.

O laudo respectivo deverá ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (Resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.

Com fulcro no art. 470, II do NCPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações:

- a) Há lesão cuja etiologia (origem casual) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- b) Qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida(s)?
- c) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais?
- d) Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano (s) anatômico (s) e/ou funcional (is) definitivo (s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.
- e) Faz-se necessário exame complementar?
- f) Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)?

Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), mediante depósito na conta bancária informada pelo perito, qual seja, Caixa Econômica Federal, Ag: 2717, Op: 013,



Conta Poupança: 3160-2, **devendo acostar aos autos o comprovante respectivo.**

**Cópia do presente, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do 1º Grau, poderá servir como mandado, se necessário, nos termos da Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE.**

P.I.C.

Recife, 07/01/21.

Juiz de Direito

Idc







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0000547-71.2021.8.17.2001  
AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)s perito(a)s PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 13 de janeiro de 2021.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0000547-71.2021.8.17.2001  
AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 73288762, conforme segue transcrito abaixo:

" Inicialmente, em face da documentação acostada pelo demandante, na peça de ingresso, **CONCEDO-LHE**, com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei 7.115/83, art. 2º, da Lei Estadual 11.404/96 e os arts. 98 e ss. do NCPC, os benefícios da justiça gratuita. Em seguida, analisando o caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), o cotidiano forense nos permite constatar a completa desarmonia da interpretação literal do art. 334 do NCPC, com o espírito da Constituição Federal. Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão referida, invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o órgão gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau. Desta forma, tendo em vista a necessidade da realização de perícia judicial, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, no presente caso, mas, sim, nos termos do art. 370, caput, NCPC a determinação de produção de prova pericial, indispensável para o deslinde do feito. Assim, ante o exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC, e, por conseguinte, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife/PE, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. Cite-se, a demandada. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do NCPC. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00, em favor do perito que subscrever o laudo pericial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC, como se pode extrair da notícia veiculada na página do site oficial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, qual seja, [http://www.tjpe.jus.br/noticias\\_ascomSY/ver\\_noticia.asp?id=9785](http://www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/ver_noticia.asp?id=9785). Conforme data informada pelo perito, ficam as partes cientes de que a perícia será realizada no dia 12/03/2021, das 09:00h às 10:00h, por ordem de chagada, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração) Intime-se a parte autora, por carta com aviso de recebimento, para que compareça no dia, hora e local acima informado a fim de submeter-se a perícia médica, com documentos pessoais e exames anteriores, caso possua, cientificando que sua ausência resultará na extinção do processo."

RECIFE, 13 de janeiro de 2021.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0000547-71.2021.8.17.2001  
AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 73288762 proferido nos autos do processo nº 0000547-71.2021.8.17.2001 da Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA contra REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

*“... Assim, ante o exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do NCPC, e, por conseguinte, NOMEIO para realização da prova pericial o médico PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, com endereço situado à Rua Jornalista Paulo Bitencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife/PE, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. ...”*

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 13 de janeiro de 2021.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Ciente.



## CONTESTAÇÃO





Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco  
Hospital Otávio de Freitas

Nome: EVERTON RICARDO SILVA DE LIMA Idade: 32 Anos 7 Meses 29 Dias Nasc.: 27/10/1987  
Sexo: MASCULINO CNS: 704701796845533 Contatos: 81. 88253330 | Celular: 81.  
Mãe: MARIA JOSE SILVA DE LIMA  
Endereço: RUA NORUEGA, N.º 12 - BAIRRO: PRODEIRA - CIDADE: MORENO - UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 22/06/2020 06:50  
Prontuário: 1112736  
Nº. Atendimento: 3456011  
Serviço: ORTOPEDIA E

Enfermagem/Leito:

TRAUMATOLOGIA POSTO IV-37-01

Médico:

HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS S/H SUS

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA DETALHADA

AVISO DE CIRURGIA: DATA AVISO CIRURGIA: ATENDIMENTO: CÓDIGO PACIENTE:  
03456031 01112736  
NOME DO PACIENTE: SITUACÃO CIRURGIA:  
EVERTON RICARDO SILVA DE LIMA  
TIPO DE ANESTESIA: COM CEC: COM ROBOTICA:

FINAL:

Procedimento:

Material:

DATA / HORA INICIAL: DATA / HORA FINAL:  
23/06/2020

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA:

CIRURGEÃO: DR. MARCO LIMA  
1º AUX: DR. ARTHUR / DRA. LIS  
2º AUX: DR. AGEU  
INSTRUMENTADOR: CYNTHIA

ANESTESIA: RAQUIANESTESIA  
ANESTESISTA: DR. VALBERTO

DIAGNOSTICO: FRATURA DIAFISARIA DE TIBIA ESQUERDA  
PROCEDIMENTO: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE TIBIA ESQUERDA

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSE
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTERES
4. INCISÃO MEDIANA EM REGIÃO ANTERIOR DE JOELHO ESQUERDO
5. DISSECCAO POR PLANOS
6. INCISÃO TRANSPATELAR
7. PASSAGEM DE FIO GUIA EM TIBIA
8. PRESAGEM DO CANAL MEDULAR DA TIBIA ESQUERDA
9. POSICIONADA HASTE INTRAMEDULAR
10. REALIZADO BLOQUEIO DISTAL COM 2 PARAFUSOS E PROXIMAL COM 2 PARAFUSOS
11. VISUALIZADO BOLA REDONDA E POSICIONAMENTO DA HASTE COM RADIOLOGIA
12. COLOCADO TAMPÃO
13. SUTURA POR PLANOS
14. CURATIVO

ORTOMÉDICA:  
01 HASTE BLOQUEADA DE TIBIA  
04 PARAFUSOS CORTICAIS DE BLOQUEIO ( 02 PROXIMAIS E 02 DISTAIS)  
01 TAMPÃO

Dr. Ageu Saraiva  
Médico Residente  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-PE 29577

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70  
Rua Adriana Guimarães, s/nº - Tejupó - Recife/PE. CEP: 50.920-640. Fone: (81) 3183.8560



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, torna-se imprescindível a realização da prova pericial, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**<sup>4</sup>.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo<sup>5</sup>.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

<sup>4</sup>SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

<sup>5</sup>APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)



Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74º, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.

Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>6</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>7</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

<sup>6</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>7</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>8</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>9</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

<sup>8</sup> SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

<sup>9</sup> art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 2 de fevereiro de 2021.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### **TABELA DE GRADAÇÃO**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento da função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, em curso perante a **32ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00005477120218172001.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200219037

Vítima: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Data do Acidente: 15/02/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15876536





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200219037

Vítima: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Data do Acidente: 15/02/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01897010898 - carta\_11 - INVALIDEZ

00070949



# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DANOS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 135.821.144-22 4 - Nome completo da vítima: FELIPE ANASTÁGIO DE SOUZA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2002

5 - Nome completo: FELIPE ANASTÁGIO DE SOUZA 6 - CPF: 135.821.144-22  
7 - Profissão: FUN. PÚBLICA FEDERAL 8 - Endereço: RUA ENGÊNHO JUSSARA 9 - Número: 12-4 10 - Complemento:  
11 - Bairro: ENGÊNHO JUSSARA 12 - Cidade: MOPRENO 13 - Estado: PE 14 - CEP: 54800-000  
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:  
18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:  
☒ RECLUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - CONDIÇÕES BANCÁRIAS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO EM INDENIZAÇÃO DPVAT (CURADOR, TUTOR)  
☒ CONTA POUPANÇA (Comente para os bancos abaixo. Anule se não aplicar)  
☒ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)  
AGÊNCIA: 0836 CONTA: 13669 7  
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)  
☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
Nome do BANCO: \_\_\_\_\_  
AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA: \_\_\_\_\_  
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:  
• Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
• O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
• O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.  
Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.  
Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou netos/netas? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado  
35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)  
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)  
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)  
38 - 1ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha  
39 - 2ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: 11/02/2021 - PE, 20/04/2020.

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 064ª CIRCUNSCRIÇÃO - GLÓRIA DO GOITÁ - DP64ªCIRC  
DINTER1/12ªDESEC

**BOLETIM DE Ocorrência Nº. 20E0154000627**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **10/06/2020** às **17:39**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**, que aconteceu no dia **15/2/2020** às **13:30**

Natureza Jurídica: **COLISÃO**

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE ENGENHO VELHO (BAIRRO), 1 - Bairro: ENGENHO VELHO - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PERNAMBUCO/BRASIL**

Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)  
FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA JOSÉ ANASTÁCIO Pai: LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA Data de Nascimento: 24/12/2000 Naturalidade: TEOFILO OTONI / MINAS GERAIS / BRASIL Documentos: 10579001/SDS/PE (RG), 13582114422 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: MILITAR Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE MORENO, 195, RUA LUIS RAIMUNDO DE SOUZA, 195, MORENO-PE - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - MORENO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**VEÍCULO MOTOCICLETA (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/HXR 150 BROS ESD** Objeto apreendido: **Não**

Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE)**

Placa: **PGA3745** (PERNAMBUCO/RECIFE) Chassi: **9C2KD0540DR125913**

Ano Fabricação/Modelo: **2013/2014** Combustível: **ALCO/GASOL**

**VEÍCULO AUTOMÓVEL (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a):

**DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMÓVEL/DESCONHECIDO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Quantidade: **1 (UNIDADE)**



## Complemento / Observação

RELATA A VÍTIMA QUE ESTAVA CONDUZINDO A SUA MOTOCICLETA ACIMA CITADA PELA LOCALIDADE JÁ DESCRITA, QUANDO ESTAVA indo para sua residência após ter saído do Batalhão onde trabalha, por ocasião do acionamento do plano de chamada, quando um veículo inesperadamente saiu de uma rua do seu lado direito e colidiu com a motocicleta onde a vítima estava. Com o impacto a vítima foi arremessada e chocou-se com o para-brisa do veículo vindo a cair ao chão. A vítima foi socorrida por uma unidade do SAMU e encaminhada ao Hospital Militar de Área do Recife (HMAR), onde foi atendida, medicada e foi diagnosticado uma fratura exposta em seu fêmur esquerdo. OBS: A vítima relata que o seu veículo na ocasião do acidente encontrava-se com o seu IPVA em dia.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Felipe Anastácio de Souza*

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: **SEVERINO EVALDO DO NASCIMENTO** - Matrícula: **159.816-3**

*Severino*  
Severino Evaldo do Nascimento  
Comissão Especial de Polícia  
Mat. 159.816-3





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 64ª CIRCUNSCRIÇÃO - GLÓRIA DO GOITÁ - DP64ªCIRC  
DINTER1/12ªDESEC

BOLETIM DE Ocorrência Nº. 20E0154000440

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 18/04/2020 às 13:55

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados)** que aconteceu no dia 15/2/2020 às 13:30

Natureza Jurídica: **COLISÃO**

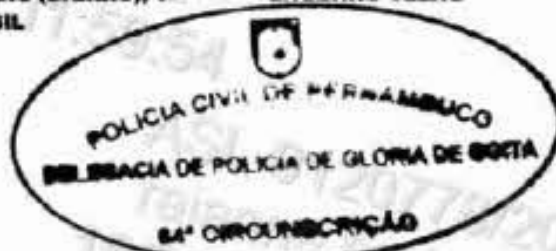
Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE ENGENHO VELHO (BAIRRO), 1 - Bairro: ENGENHO VELHO - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)  
FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA  
VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA JOSÉ ANASTÁCIO Pel: LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA Data de Nascimento: 24/12/2000 Naturalidade: TEOFILO OTONI / MINAS GERAIS / BRASIL Documentos: 10579801/3DS/PE (RG). 13562114422 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2ª. GRAU COMPLETO Profissão: FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL**  
Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE MORENO, 12, CASA A, RUA ENGENHO JUSSARA, 12, MASSARANDUBA, MORENO-PE - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - MORENO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR 150 BROS ESD** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE)**

Placa: **PGA3745 (PERNAMBUCO/MORENO)** Chassi: **9C2KD0540DR125913**  
Ano Fabricação/Modelo: **2013/2013** Combustível: **ALCO/GASOL**

**AUTOMÓVEL (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**  
Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMÓVEL/DESCONHECIDO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **1 (UNIDADE)**

<https://security.sds.pe.gov.br/pernambuco/VisualizaBO.do?IdUn=154&IdOc=8376423&nroBO=20E0154000440&tipo=simples&netPrincipal=ACID...>



## Complemento / Observação

INFORMA A VÍTIMA QUE PILOTAVA A MOTO NA LOCALIDADE JÁ CITADA, QUANDO EM FRENTE A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO ENGENHO VELHO, UM VEÍCULO SAIU DE FORMA INESPERADA DE UMA RUA A SUA DIREITA FAZENDO COM QUE A VÍTIMA NÃO CONSEGUISSSE DESVIAR, OCASIONANDO ASSIM UMA COLISÃO QUE VEIO A ARREMESSAR A VÍTIMA AO SOLO. QUE DEVIDO AS LESÕES OCASIONADAS PELO ACIDENTE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR UMA UNIDADE DO SAMUÍ PARA O HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE-PE(HMAR), ONDE FOI CONSTATADA UMA FRATURA EXPOSTA DA PERNA ESQUERDA, SENDO ASSIM SUBMETIDA AO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

x *Felipe Anastácio de Souza*  
FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: **SEVERINO EVALDO DO NASCIMENTO** - Matrícula: 159.816-3

*Severino Evaldo do Nascimento*  
Severino Evaldo do Nascimento  
Comissário Especial de Polícia  
Mat. 159.816-3





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAVAS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 135.821.144-22 4 - Nome completo da vítima: FELIPE ANASTÁGIO DE SOUZA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E TABELA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 485/2012

5 - Nome completo: FELIPE ANASTÁGIO DE SOUZA 6 - CPF: 135.821.144-22  
7 - Profissão: FUN. PÚBLICA FEDERAL 8 - Endereço: RUA ENGENHO JUSSARA 9 - Número: 12-A 10 - Complemento:  
11 - Bairro: ENGENHO JUSSARA 12 - Cidade: MPRENO 13 - Estado: PE 14 - CEP: 54.800-000  
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECLUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - ENDOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ BENEFICIÁRIO DE OUTROS BENEFÍCIOS DO SEGURO DPVAT (EXEMPLO: TUTOR)

☒ CONTA POUPEANÇA (Informe para os bancos abertos. Anote o código de agência) ☐ CONTA CORRENTE (Informe os bancos)  
☒ Bradesco (237) ☐ Itaú (043) Nome do BANCO:   
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)   
AGÊNCIA: 0836 CONTA: 13669 7 AGÊNCIA: CONTA:   
(Informe o dígito de verificação) (Informe o dígito de verificação) (Informe o dígito de verificação) (Informe o dígito de verificação)

Atribuo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:  
• Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.  
Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.  
Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÔNICO BENEFICIÁRIO - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou netos/netas? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiária não alfabetizado: 35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rgo): 36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rgo): 37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rgo):  
38 - 38 | Nome: CPF: Assinatura da testemunha  
39 - 39 | Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: Vitoria - PE, 20/04/2020.

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante):



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02



**CELPE**

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902  
CNPJ 10.836.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

**DADOS DO CLIENTE**

MARIA JOSE ANASTACIO

CPF: 773 971 854-87

**CLASSIFICAÇÃO**

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA ENGENHO JUSSARA 12 - A

ENGENHO JUSSARA/MASSARANDUBA  
MORENO PE  
54800-000

7035726599

03/2020

02/04/2020

27/04/2020

122,98

102294974

ÚNICA

26/03/2020

26/03/2020

2013877487

6910002

Consumo Ativo(kWh)-TUSD  
Consumo Ativo(kWh)-TE  
Contrib. Ilum. Pública Municipal,

QUANTIDADE

PREÇO (R\$)

VALOR (R\$)

146,0000000

0,43137198

62,98

146,0000000

0,36280178

52,98

7,04

TOTAL DA FATURA

122,98

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3183087678	CAT	16/02/2020	0,00	26/03/2020	146,00	38	1,11100		146,00

102294974

BASE DE

%

VALOR DO

Geração de Energia

R\$

31,28

31,28%

R\$

4,22

3,04%

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE <b>15/02/2020</b>	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO <b>15/04/2020</b>
NOME COMPLETO DA VÍTIMA <b>FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA</b>	
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE: <b>Fratura distal do fêmur esquerdo.</b>	
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATA): <b>1º: Gesso - Luqueta + Redução Cirúrgica + Fixação Externa. 2º: Gesso, Amarração de fixação externa + OSTEOSÍNTESE com haste intramedular femur ESQ.</b>	
ALTA MÉDICA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
EXISTE ALGUM DEFETO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO CASO POSITIVO DESCREVER:	
COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE: <input type="checkbox"/> A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO. <input checked="" type="checkbox"/> A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA	

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO
<b>Membro Inferior Esquerdo ± 75%</b>
<b>Intelecto funcional NIE.</b>
<b>Marcha, Chute e Equilíbrio</b>
<b>Distúrbio muscular Coxas ESQ.</b>

APROVAÇÃO DO MÉDICO RESPONSÁVEL E DA VÍTIMA NO PERÍODO DE <b>15/04/2020</b> E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.	<b>15/04/2020</b>
<b>Dr. Tavares</b>	<b>Dr. Ricardo Pontes Petroski</b>
	CRM - 7142 Ortopedia e Traumatologia



10/3/2020 Atividade de Pronto-socorro

paciente realizou cirurgia. após acidente,  
que resultou em fratura de fêmur à esquerda.

Recebeu alta em 09/03/2020 com orientação  
de convalescença em repouso por 60 dias.

avaliar paciente na alta:

AS - xoxu: EOB, consciente, orientado, eufórico, afeto  
AR: MU+AUT, S/RA; AC: NDI.  
AP: inocente.

Ext.: FO em MTE (laxa), sem sinais de ferida.

Co: 1) Solicito ordem de alta médica.

2) Conceder um repouso por 60 dias.

NIEDJA SOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24622  
Id. 0707088373 MD/EB

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Ajudante-Secretário

su e amovida

ruina <

02/10/19 Ao 16h

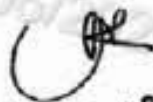
Militar persiste a dor.

es. ① Convalescer na SSN

② Dymona: OPA, IM, 6/6h OK

③ Temoxicou: OPA, IM, 8/8h OK

④ Reduzir a montão



NIEDJA SOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24822  
Id. 0707086373 MD/EB

1/19

Unio Médica

Militar relato melhora do cefaléia.  
sem queixas no momento.

es. ① Duas antiinflamatórios por 05 dias

  
NIEDJA SOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24822  
Id. 0707086373 MD/EB

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original  
Em

Ajudante-Jer. de Saúde



HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(Hospital Militar de Pernambuco / 1817)

**PARECER CARDIOLÓGICO COM RISCO CIRÚRGICO**

1. NOME: FELIPE ANDRÉ SOUZA

IDADE: 20 ANOS

2. SINTOMATOLOGIA:

ASSINTOMÁTICO ( ) : PRECORDIALGIA ( ) : DISPNEIA AOS ESFORÇOS FÍSICOS ( ) : ORTOPNEIA ( ) : DISPNEIA ( ) :  
PAROXÍSTICA NOTURNA ( ) : PALPITAÇÕES ( ) : TONTURAS ( ) : LIPOTÍMIA ( ) : SÍNCOPE ( ) : EDEMA PERIFÉRICO ( ) :

OUTROS ( ) : \_\_\_\_\_ ( ) : \_\_\_\_\_

3. ANTECEDENTES:

Nega

IAS ( ) : DIABETES MELITUS ( ) : HIPERCOLESTEROLEMIA ( ) : TABAGISMO ( ) : CARDIOPATIA ISQUÊMICA ( ) : IAM ( ) :  
ANGINA DO PEITO ( ) : CARDIOPATIA FAMILIAR ( ) : ARRITMIA CARDÍACA ( ) : ICC ( ) : DPOC ( ) : MEDICAMENTO EM

USO: Nega

4. EXAME FÍSICO

ESTADO GERAL: Bom estado geral - corado

AVC: Per em 26 Brf

AD: rw audível s/ RA

5. ELETROCARDIOGRAMA: sinusoidal, eixo v/ s/ semais de sobrecarga

ÍNDICE DE GOLDMAN

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
IAM > 06 MESES	05	RÍTMO NÃO SINUSAL OU SINUSAL	05
IAM < 06 MESES	10	COM ESSV NO ECG PRÉ-OP	05
ANGINA CLASSE III	10	ESSV > 05 POR MINUTO	05
ANGINA CLASSE IV	20	IDADE > 70 ANOS	05
ANGINA INSTÁVEL HÁ 06 MESES	10	EST. GERAL PRECÁRIO	10
EAP: < 01 SEMANA	10	CIRURGIA DE EMERGÊNCIA	
EAP PASSADO	05	TOTAL	<u>0</u>
ESTENOSE AÓRTICA OU MITRAL (S)	20		

6. CONCLUSÃO: CLASSIFICAÇÃO DO RISCO CIRÚRGICO PELO ÍNDICE DE GOLDMAN

1. GRAU I = 0 - 5 PONTOS - RISCO LEVE ( ) . APTO(A) PARA CIRURGIA
2. GRAU II = 6 - 12 PONTOS - RISCOS PEQUENO ( ) . APTO(A) PARA CIRURGIA
3. GRAU III = 13 - 25 PONTOS - RISCOS MÉDIO ( ) . SUGERE MONITORIZAÇÃO CARDÍACA NA CIRURGIA
4. GRAU IV = > 26 PONTOS - RISCOS GRANDE ( ) . SE POSSÍVEL EVITAR CIRURGIA.

7. RECOMENDAÇÕES:

pac s/ comorbidades, baixo risco  
cardiovascular.

RECIFE, 20, 02 / 20

Beatriz Capratto da Silva  
1ª Ten Médica - CRM 26502  
ID 16202359 - MD/EB

MÉDICO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1ª BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Aluísio S. S. S. S.

SEM ( ) - NÃO ( ) - IMPORTANTE NÃO CONSIDERAR SE HOUVER RASURA.



HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(Hospital Militar de Pernambuco / 1817)

PARECER CARDIOLÓGICO COM RISCO CIRÚRGICO

1. NOME: FELIPE ANDRÉ DA SILVA IDADE: 20 ANOS

2. SINTOMATOLOGIA:

ASSINTOMÁTICO ( ) PRECORDIALGIA ( ) DISPNEIA AOS ESFORÇOS FÍSICOS ( ) ORTOPNEIA ( ) DISPNEIA ( )  
PAROXÍSTICA NOTURNA ( ) PALPITAÇÕES ( ) TONTURAS ( ) LIPOTÍMIA ( ) SÍNCOPE ( ) EDEMA PERIFÉRICO ( )

OUTROS ( ) ( ) ( )

3. ANTECEDENTES:

Nega

IAS ( ) DIABETES MELITUS ( ) HIPERCOLESTEROLEMIA ( ) TABAGISMO ( ) CARDIOPATIA ISQUÊMICA ( ) IAM ( )  
ANGINA DO PEITO ( ) CARDIOPATIA FAMILIAR ( ) ARRITMIA CARDÍACA ( ) ICC ( ) DPOC ( ) MEDICAMENTO EM

USO: Nega

4. EXAME FÍSICO

ESTADO GERAL: Bom estado geral - corado

AVC: Rep em 26 Bnf

AD: rw audível s/ PA

5. ELETROCARDIOGRAMA: sinusoidal, eixo s/ e/ sinais de sobrecarga

ÍNDICE DE GOLDMAN

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
IAM > 06 MESES	05	RITMO NÃO SINUSAL OU SINUSAL	05
IAM < 06 MESES	10	COM ESSV NO ECG PRÉ-OP	05
ANGINA CLASSE III	10	ESV > 05 POR MINUTO	05
ANGINA CLASSE IV	20	IDADE > 70 ANOS	05
ANGINA INSTÁVEL HÁ 06 MESES	10	EST. GERAL PRECÁRIO	10
EAP < 01 SEMANA	10	CIRURGIA DE EMERGÊNCIA	
EAP PASSADO	05	TOTAL	<u>8</u>
ESTENOSE AÓRTICA OU MITRAL (S)	20		

6. CONCLUSÃO: CLASSIFICAÇÃO DO RISCO CIRÚRGICO PELO ÍNDICE DE GOLDMAN

1. GRAU I = 0 - 5 PONTOS - RISCO LEVE ( ). APTO(A) PARA CIRURGIA
2. GRAU II = 6 - 12 PONTOS - RISCOS PEQUENO ( ). APTO(A) PARA CIRURGIA
3. GRAU III = 13 - 25 PONTOS - RISCOS MÉDIO ( ). SUGERE MONITORIZAÇÃO CARDÍACA NA CIRURGIA
4. GRAU IV = > 26 PONTOS - RISCOS GRANDE ( ). SE POSSÍVEL EVITAR CIRURGIA

7. RECOMENDAÇÕES:

pac s/ comorbidades, baixo risco  
cardiovascular.

RECIFE 20, 02 / 20

Beatriz Cappato da Silva  
1ª Tes. Médica - CRM 26502  
ID 6116202359 - MD/EB

MÉDICO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original  
Em [Assinatura]  
Ajudante-Secretário

SIM(S) - NÃO (N) - IMPORTANTE NÃO CONSIDERAR SE HOUVER RASURA.



# REGISTRO DE VISITA MÉDICA

DATA	MEDICAÇÃO	PARECER	DIAGNÓSTICO NUMÉRICO	RÚBRICA DO MÉDICO ASSISTENTE
25/07/19	1200 000 01 1M			
	MVE 44T 01 RA			
	RCP 2 + BVE 01			
	Aptu			

PEDRO MENEZES  
ASP OF MEDICO  
CRM-PE 26860  
ID: 070 812 6673 MD/EB

26/07/19

Doi de garganta + Apetite hri ± 5 dias. Não congestão nasal.

HD: Faringite, Adenite + Rinossinusite

CD: 11 Registar 1200 000 01 1M

21 Diclofenaco 01 comp 1M

31 C. paracet: Oximetazolina + Miramistina + Dexametasona + Dipirona

PEDRO MENEZES  
ASP OF MEDICO  
CRM-PE 26860  
ID: 070 812 6673 MD/EB

07/10/19 Muitas lesões cefálicas unilaterais à esquerda, palpáveis, há 4 dias. Procurou atendimento de urgência.

então houve melhora analgésica, porém permaneceu

ENCERRADA EM: p/ega ~~MOM~~ ou fotocópia

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES

AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

CO: ① 565% - 250ml ⑤ 500

② Paracetamol: 01 RA 1H

③ Dymona: 01 RA + 10 01 15

ASS DO CHEFE SEC SAU 04

ASS DO CHEFE SEC SAU 04  
CRM-PE: 24622  
ID: 070 812 6673 MD/EB



# FICHA MÉDICA

1481 mmHg  
(OM)  
30 cto  
(SU)

Nº \_\_\_\_\_

DATA 25/04/19

## IDENTIFICAÇÃO

NOME Yolipe Amadorio de Souza IDT 10.579.001  
DN 24/12/2000 NATURALIDADE Capão da Im - SP  
FILIAÇÃO Luiz Carlos Alves de Souza E Maria Jane Amadorio  
SIT. MIL. 2º EV Amadorio Alfama ORIGEM \_\_\_\_\_  
(POSTO / GRAD) (ATTM/NB/NV) GRUPO SANG. \_\_\_\_\_ FATOR RH \_\_\_\_\_

## OBSERVAÇÃO CLÍNICA

ANAMNESE: ANTECEDENTES FAMILIARES \_\_\_\_\_

ANTECEDENTES PESSOAIS \_\_\_\_\_

EXAME FÍSICO: ESTADO GERAL \_\_\_\_\_ PELE \_\_\_\_\_ MUCOSAS \_\_\_\_\_  
TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO \_\_\_\_\_ ESQUELETO \_\_\_\_\_  
CABEÇA \_\_\_\_\_ PESCOÇO \_\_\_\_\_ TÓRAX: CONFORMAÇÃO GERAL \_\_\_\_\_  
PERCUSSÃO \_\_\_\_\_ PALPAÇÃO \_\_\_\_\_ AUSCULTA \_\_\_\_\_  
ABDÔMEN: PALPAÇÃO \_\_\_\_\_ PERCUSSÃO \_\_\_\_\_ AUSCULTA \_\_\_\_\_  
FC \_\_\_\_\_ PA \_\_\_\_\_ FR \_\_\_\_\_ PESO \_\_\_\_\_  
ALTURA \_\_\_\_\_ OUTROS DADOS \_\_\_\_\_

## CONTROLE SANITÁRIO

### IMUNIZAÇÃO

#### VACINAS OBRIGATÓRIAS:

TT: 1ª DOSE /  
2ª DOSE /  
REFORÇO /

VAT: 1ª DOSE /  
2ª DOSE /  
REVACINAÇÃO /

VAA: DOSE ÚNICA /  
REFORÇO /

### VACINAS OPCIONAIS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### CONTROLE DE PESO:

INICIAL \_\_\_\_\_ KG

31/MAR \_\_\_\_\_ KG

30/JUN \_\_\_\_\_ KG

30/SET \_\_\_\_\_ KG

30/DEZ \_\_\_\_\_ KG

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com original





**INFORMAÇÃO PESSOAL – ACESSO RESTRITO**

Art.5º, Inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
Art.31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011  
Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
CMNE Cmo 7º RM

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
**REGIMENTO GUARARAPES**  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original

Em \_\_\_\_\_  
Ajudante-Secretário

**CÓPIA DE ATA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE: 2813 / 2020**

A(O) MPOM 2 (14º BI Mtz) inspecionou na sessão 28 / 2020 o(a) abaixo identificado(a), que lhe foi apresentado por ordem superior e, sobre seu estado de saúde, proferiu o parecer a seguir discriminado:

**IDENTIFICAÇÃO:**

Posto ou Grad: Sd	Nome: FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA	Situação: Serviço Militar Inicial (1º ano)	Categoria: Militares
Identidade: 320000987055	Data de Nascimento: 15/06/2000	Naturalidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES	CPF: 13582114422

**DADOS COMPLEMENTARES:**

Organização Militar: 14º BI Mtz	Documento de Encaminhamento: Bol - 53 - 19/03/2020 - 14º BI Mtz
------------------------------------	--

**FINALIDADE:**

Verificação de capacidade laborativa (Militar Temporário)

**ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC):**

Peso (Kg): 74	Altura (m): 1,72	IMC: 25,0	Classificação: Excesso de Peso
---------------	------------------	-----------	--------------------------------

**DIAGNÓSTICOS:**

S72.- - Fratura do fêmur (.). / CID-10 .

**PARECER:**

Incapaz B1. Necessita de 30 dias de afastamento total do serviço e instrução para realizar seu tratamento, a contar de 09/03/2020 .

Diagnóstico(s) utilizado(s) para emissão do Parecer: / S72.-

**OBSERVAÇÃO:**

O parecer "Incapaz B1" significa que o(a) inspecionado(a) encontra-se incapaz temporariamente, podendo ser recuperado a curto prazo (até um ano). /

Sala de Sessões MPOM 2 (14º BI Mtz) quinta-feira, 26 de março de 2020

MPOM, NIEDJA RODRIGUES DE SOUZA ALVES, 2ª Ten, ldt:0707088373/MD, CRM: 24622

Confere com a original, em \_\_ / \_\_ / \_\_

**INFORMAÇÃO PESSOAL – ACESSO RESTRITO**

Art.5º, Inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
Art.31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011  
Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012

3040980

**COPIA**  
14422  
MD/ES





**INFORMAÇÃO PESSOAL - ACESSO RESTRITO**

Art.5º, Inciso X, da Constituição Federal do Brasil/1988  
Art.51 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2013  
Art. 55 ao Art. 62 do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**CMNE Cmo 7º RM**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original

Em

Ajudante-Secretário

FICHA DE REGISTRO DE DADOS DE INSPEÇÃO: MPOM 2 (14T 1/2 BI Mtz)

S: 28/2020

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
Posto/Grad: Sd	Nome: FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA	Situação: Serviço Militar inicial (1º ano)	
Identidade: 320000967055	Data de Nascimento: 15/08/2000	Naturalidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES	
Filiação: Pai: LUIZ ALVES DE SOUZA Mãe: MARIA JOSÉ ANASTÁCIO			
Endereço: RUA ET. CURCUNARUA ENGENHO JUSSARA 128 JABOATÃO DOS GUARARAPES PE, CEP - 000000000000			
Tel: (81) 00000000000	CPF: 13582114422	Fax 000000000000	E-Mail: secao.sude14blmtz@gmail.com
<b>DADOS COMPLEMENTARES:</b>			
Organização Militar: 14º BI Mtz	Ofício de Encaminhamento: 53 - 14º BI Mtz		
<b>FINALIDADE</b>			
Verificação de capacidade laborativa (Militar Temporário)			
<b>EXAME CLÍNICO GERAL</b>			
PA: 120X50	FC: 80.	FR: 18.	Temperatura: 36,5
Aspecto Geral:			
História da doença atual: MILITAR EM CONVALESCENÇA PÓS OPERATÓRIA APÓS CIRURGIA POR FRATURA EM FÊMUR ESQUERDO (ACIDENTE COM MOTOCICLETA). SEM QUEIXAS NO MOMENTO. RECEBO DOCUMENTO DE ALTA QUE ORIENTA REPOUSO DOMICILIAR POR 60 DIAS.			
Sistema Respiratório: MV + EM AHT, SEM RA			
Sistema Cardiovascular: RCR EM 2T, BNF, SEM SOPROS.			
Sistema Digestivo: SEM QUEIXAS. EVACUAÇÃO PRESENTE.			
Sistema Osteomuscular, pele e anexos: FO SEM SINAIS DE FLOGOSE.			
Sistema Nervoso: NDN			
Sistema Urogenital: SEM QUEIXAS. DIURESE PRESENTE.			
Sistema Endócrino: NDN			
Outros Sistemas:			
<b>ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC):</b>			
Peso (Kg): 74	Altura (m): 1,72	IMC: 25,0	Classificação: Excesso de Peso
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>			
<b>DIAGNÓSTICOS:</b>			
S72.- - Fratura do fêmur ( )			
/ CID-10			
<b>PARECER</b>			
Incapaz B1. Necessita de 30 dias dias de afastamento total do serviço e instrução para realizar seu tratamento, a contar de 09/03/2020.			
Diagnóstico(s): / S72.-			

**WEDJA ROUZA**  
Médica  
03/22



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE  
(Hospital Militar de Pernambuco/1817)

RECEBI UMA VIA

Em 08/03/2020

REQUERIMENTO

Ao Sr. Diretor do Hospital Militar de Área do Recife

Assunto: Solicitação de documentação nosológica

Nome: Sr. ANTONIO

Identificação do Requerente

Nome completo: Julio Anastasio de Souza  
Identidade: 10529001 CPF: 135.821.144-22  
Rua/Av: Engenho Jussara  
Nº 07 Complemento: caso Bairro: Jussara  
Cep: 54800000 Cidade: Moreno UF: PE Fone/Email: 993192637

Identificação do Paciente

Nome completo: Julio Anastasio de Souza  
Identidade: 10529001 CPF: 135.821.144-22  
Rua/Av: Engenho Jussara  
Nº 07 Complemento: caso Bairro: Jussara  
Cep: 54800000 Cidade: Moreno UF: PE Fone/Email: 993192637  
Prec CP: 07082007-0 Idt MB/EB ou RA: 07082007-0 Nº Prontuário: 07082007-0 Data da última baixa: 09-03-2020

Venho Requerer a V. S.:

Exigir do tempo para do acidente dia  
23/02/1. Prontuário médico

COM A FINALIDADE DE: Da entrada no regime Dpbat

Anexos (Fotocópias)

Identidade: 10529001 CPF: 135.821.144-22  
Procuração: Outros:  
Outros: Outros:

RECIFE 09 DE 03 DE 2020

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Conferência com o original

Julio Anastasio de Souza  
Assinatura do Requerente ou Procurador



**DOCUMENTO DE ALTA**

Teve alta deste Hospital

*George* *Filipe Oliveira* do

do (a)

com *20* anos de idade, natural de

filho de

*Paulo Roberto de Saque* *10* *Tram. Mendes*

socorrido pela sua Unidade até de

de *09* e, por este

Hospital, até esta data.

Hospital - Geral de Recife, de

MOLÉSTIA:

de *09* de *2020*

OBSERVAÇÕES:

*Alta por motivo de necessidade  
para o tratamento de saúde  
e acompanhamento da doença*

Médico - Chefe da Enfermaria

Chefe do SAME



HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(Hospital Militar de Pernambuco / 1817)

**PARECER CARDIOLÓGICO COM RISCO CIRÚRGICO**

1. NOME: Guilherme Anderson de Souza IDADE: 20 ANOS

2. SINTOMATOLOGIA:

ASSINTOMÁTICO ( ) ; PRECORDIALGIA ( ) ; DISPNEIA AOS ESFORÇOS FÍSICOS ( ) ; ORTOPNEIA ( ) ; DISPNEIA ( ) ;  
PAROXÍSTICA NOTURNA ( ) ; PALPITAÇÕES ( ) ; TONTURAS ( ) ; LIPOTÍMIA ( ) ; SÍNCOPE ( ) ; EDEMA PERIFÉRICO ( ) ;

OUTROS ( ) ; ( ) ;

3. ANTECEDENTES:

Nega  
IAS ( ) ; DIABETES MELITUS ( ) ; HIPERCOLESTEROLEMIA ( ) ; TABAGISMO ( ) ; CARDIOPATIA ISQUÊMICA ( ) ; IAM ( ) ;  
ANGINA DO PEITO ( ) ; CARDIOPATIA FAMILIAR ( ) ; ARRITMIA CARDÍACA ( ) ; ICC ( ) ; DPOC ( ) ; MEDICAMENTO EM

USO: Nega

4. EXAME FÍSICO

ESTADO GERAL: Bom estado geral - corado

AVC: Per em 26 BNF

AD: ru audível s/ PA

5. ELETROCARDIOGRAMA: sinusoidal eixo n/ s/ sem alterações  
ÍNDICE DE GOLDMAN

PARÂMETROS	PONTUAÇÃO	PARÂMETROS	PONTUAÇÃO
IAM > 06 MESES	05	RÍTIMO NÃO SINUSAL OU SINUSAL	05
IAM < 06 MESES	10	COM ESSV NO ECG PRE-OP	05
ANGINA CLASSE III	10	ESV > 05 POR MINUTO	05
ANGINA CLASSE IV	20	IDADE > 70 ANOS	05
ANGINA INSTÁVEL HÁ 06 MESES	10	EST. GERAL PRECÁRIO	10
EAP < 01 SEMANA	10	CIRURGIA DE EMERGÊNCIA	
EAP PASSADO	05	TOTAL	<u>8</u>
ESTENOSE AÓRTICA OU MITRAL (S)	20		

6. CONCLUSÃO: CLASSIFICAÇÃO DO RISCO CIRÚRGICO PELO ÍNDICE DE GOLDMAN

1. GRAU I = 0 - 5 PONTOS - RISCO LEVE ( ) . APTO(A) PARA CIRURGIA
2. GRAU II = 6 - 12 PONTOS - RISCOS PEQUENO ( ) . APTO(A) PARA CIRURGIA
3. GRAU III = 13 - 25 PONTOS - RISCOS MÉDIO ( ) . SUGERE MONITORIZAÇÃO CARDÍACA NA CIRURGIA
4. GRAU IV = > 26 PONTOS - RISCOS GRANDE ( ) . SE POSSÍVEL EVITAR CIRURGIA.

7. RECOMENDAÇÕES:

Per s/ cuidados de baixo risco  
cardiovasculares.

RECIFE, 20 / 02 / 20

Beatriz Cordeiro de Mello  
19111136512220000073551615  
ID: 11/02/2021 11:36:51

MÉDICO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original  
Em Ajudante-Secretário

SIM(S) - NÃO (N) - IMPORTANTE NÃO CONSIDERAR SE HOUVER RASURA.



SU E JUNTIVO

(Folha 2)

07/20/19 Ao 16h

Melhorar postura e dor.

co. ① Convalescer na SSV

② Dymona: OPA, IM, 6/6h OK

③ Tenoxicam: OPA, IM, 8/8h OK

④ Melhorar alimentação

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXERCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES

AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

Em

Ajudante-Jornalista

NIEDJA SOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24622  
Id. 0707088373 MD/EB

129 União Médica

Melhor estado melhora do cefaléia.  
sem queixas no momento.

co. ① Ousar anti-inflamatório por 05 dias

NIEDJA SOUZA  
2ª Ten Médica  
CRM-PE: 24622  
Id. 0707088373 MD/EB





# 14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA

## FICHA MÉDICA

### SEÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DA UNIDADE (SSSU)

3º Cia (SU)	SD E... POSTO/GRAD	Anastácio NOME DE GUERRA
----------------	-----------------------	-----------------------------

IDENTIFICAÇÃO		ANO DE INCORPORAÇÃO:	
NOME COMPLETO: Felipe Anastácio da Silva			
IDT/RA Nº: 10570.001	PREC-CP:	CPF: 135 821 149 22	
D N: 24/12/2000		NATURALIDADE:	
ENDEREÇO:		CEP:	
BAIRRO:	CIDADE:	Nº TELEFONE:	
FILIAÇÃO: PAI: Luiz Carlos Gomes da Silva		MÃE: Maria José Anastácio	
SITUAÇÃO MILITAR:			
ORIGEM:	TP SANGÜÍNEO:	FATOR RH:	

OBSERVAÇÃO CLÍNICA	
ALERGIAS:	PESO: (KG) ALTURA:
DOENÇAS PREGRESSAS:	
CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL:	
CIRCUNFERÊNCIA DO QUADRIL:	
CIRCUNFERÊNCIA TORÁCICA:	

CONTROLE SANITÁRIO		
VACINAS OBRIGATÓRIAS	VACINAS OPCIONAIS	CONTROLE DE PESO
TT: 1ª DOSE / /		
2ª DOSE / /		
REFORÇO / /		31/03/2020 KG
VAT: 1ª DOSE / /		
2ª DOSE / /		30/06/2020 KG
REFORÇO / /		
VAA: DOSE ÚNICA / /		30/09/2020 KG
REFORÇO / /		30/12/2020 KG



7<sup>o</sup> RM



MINISTÉRIO DA DEFESA EXERCITO BRASILEIRO  
CMNE  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(HOSPITAL MILITAR DE PERNAMBUCO - 1817)  
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)



Nº Exame: 2002200166 Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
Local de coleta: 5ª ENFERMARIA Data da coleta: 20/02/2020  
PRONTUÁRIO: 070820070 Idade: 19 Ano(s) Sexo: M  
Médico Solicitante: CARLOS HENRIQUE SILVA CUNHA Data da Entrega: 20/02/2020

CLORETOS ..... : 97 mmol/L  
Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
Cordão umbilical 96 a 104 mmol/L  
Prematuro 95 a 110 mmol/L  
0 a 30 dias 98 a 113 mmol/L  
Adulto 98 a 107 mmol/L  
Adulto >90 anos 98 a 111 mmol/L

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs  
Lauda Evolutiva  
L .....  
17/02/2020 15/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

PROTEÍNA C REATIVA ..... : 55,0 mg/L  
Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
PARA RISCO CARDIOVASCULAR:  
RISCO ALTO: MAIOR QUE 30,0 mg/L  
RISCO MEDIO: 10 a 30,0 mg/L  
RISCO BAIXO: MENOR QUE 10,0 mg/L

Observação:  
Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs  
NOTA: A interpretação dos valores para risco cardiovascular, somente pode ser realizada na ausência de quadros inflamatórios sistêmicos.  
Lauda Evolutiva  
L .....  
17/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00

KELLY Fernando C. Veloso  
2º Ten. Farmacêutica  
Idt. 070812727-9 MD/EB

"Este laboratório participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ)"  
"O original deste exame está no Laboratório de Análises Clínicas - LAC."





MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMNE 7ª RM  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(HOSPITAL MILITAR DE PERNAMBUCO - 1817)  
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)



Nº Exame: 2002200166 Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
Local de coleta: 5ª ENFERMARIA Data da coleta: 20/02/2020  
PRONTUÁRIO: 070820070 Idade: 19 Ano(s) Sexo: M  
Médico Solicitante: CARLOS HENRIQUE SILVA CUNHA Data da Entrega: 20/02/2020

**CREATININA** : 0,9 mg/dl  
Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
Homens: 0,7 a 1,4 mg/dl  
Mulheres: 0,5 a 1,2 mg/dl  
Criança: 0,3 a 1,0 mg/dl

Observação: [OBS]  
Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs  
Laudo Evolutivo  
Datas: 17/02/2020 16/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

**FÓSSIO** : 4,6 mmol/L  
Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:

Prematuro, cordão umbilical 5,0 a 10,2 mmol/L  
Prematuro, 48 h 3,0 a 6,0 mmol/L  
Recém-nascido, cordão umbilical 5,6 a 12,0 mmol/L  
Recém-nascido 3,7 a 5,9 mmol/L  
Criança < 1 ano 4,1 a 5,3 mmol/L  
3,4 a 4,7 mmol/L  
Adulto 3,5 a 5,1 mmol/L

Criança  
Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs  
Laudo Evolutivo  
Datas: 17/02/2020 16/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

**SÓDIO** : 141 mmol/L  
Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas  
Recém-nascido, cordão umbilical

Valores de referência:

Prematuro, cordão umbilical 116 a 140 mmol/L  
Prematuro, 48 h 128 a 148 mmol/L  
126 a 166 mmol/L  
Recém-nascido 133 a 146 mmol/L  
Criança < 1 ano 139 a 146 mmol/L  
Criança 138 a 145 mmol/L  
Adulto 136 a 145 mmol/L  
Adulto > 90 anos 132 a 146 mmol/L

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs  
Laudo Evolutivo  
Datas: 17/02/2020 16/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

**KELLY Fernanda C. Veloso**  
2º Ten. Farmacêutica  
Idt. 070812727-9 MD/EB

"Este laboratório participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ)"  
"O original deste exame está no Laboratório de Análises Clínicas - LAC."





MINISTÉRIO DA DEFESA EXERCITO BRASILEIRO  
CMNE 7ª RM  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(HOSPITAL MILITAR DE PERNAMBUCO - 1817)  
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)



Nº Exame: 2002200166 Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
Local de coleta: 5ª ENFERMARIA Data da coleta: 20/02/2020  
PRONTUÁRIO: 070820070 Idade: 19 Ano(s) Sexo: M  
Médico Solicitante: CARLOS HENRIQUE SILVA CUNHA Data da Entrega: 20/02/2020

**CÁLCIO** ..... : 9,40 mg/dl

Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
8,5 a 10,5 mg/dl

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs

Lauda Evolutivo 9,00  
Datas: 15/02/2020 21:23:00

**GLICOSE** ..... : 90 mg/dl

Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
Adulto : 74 a 109 mg/dL  
60-90 anos : 82 a 115 mg/dL  
> 90 anos : 75 a 121 mg/dL  
Crianças : 60 a 100 mg/dL  
Recém-nascidos 1 ano : 60 a 100 mg/dL  
Recém-nascidos > 1 ano : 50 a 80 mg/dL

Valores sugeridos pela Roche Diagnostics, Analisadores c 311/511  
Bibliografia: Tietz NW. Fundamentals of Clinical Chemistry, 6th ed. Saunders Elsevier 2008; 388.  
Tietz NW. ed. Clinical Guide to Laboratory Tests, 4th ed. Philadelphia: WB Saunders Co 2006; 444 - 451.

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-20:44 hs

Lauda Evolutivo  
Datas:

**MAGNÉSIO** ..... : 2,3 mg/dl

Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
1,6 a 2,3 mg/dl

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs

Lauda Evolutivo 2,0 1,8 1,7  
C 17/02/2020 16/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

**URÉIA** ..... : 29 mg/dL

Material: Soro Método: Automatizado Roche Cobas

Valores de referência:  
10 - 50 mg/dL

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-13:27 hs

Lauda Evolutivo 31 30 29  
Datas: 17/02/2020 16/02/2020 15/02/2020  
06:27:00 07:18:00 21:23:00

**KELLY Fernando C. Veloso**  
2º Ten. Farmacêutica  
Idt. 070812727-9 MD/EB

"Este laboratório participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ)"  
"O original deste exame está no Laboratório de Análises Clínicas - LAC."





MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMNE 7ª RM  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(HOSPITAL MILITAR DE PERNAMBUCO - 1817)  
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)



Nº Exame: 2002200168 Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
Local de coleta: 5ª ENFERMARIA Data da coleta: 20/02/2020  
PRONTUÁRIO: 070820070 Idade: 19 Ano(s) Sexo: M  
Médico Solicitante: CARLOS HENRIQUE SILVA CUNHA Data da Entrega: 20/02/2020

#### COAGULOGRAMA

Material: Sangue Método: Coagulométrico - ACL 7000

Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-10:27 hs

#### TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA

TEP (Paciente) ..... 10,6 segundos  
A de ..... 88,0 %  
IN ..... 1,07

A partir de 70%

TEMPO DE PLASMA (NORMAL) ..... 9,90 segundos  
Atividade ..... 100 %

Tempo			
Laudo Evolutivo	10,6	10,9	10,5
Datas	20/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

INR			
Laudo Evolutivo	1,07	1,10	1,06
Datas	20/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

Atividade			
Laudo Evolutivo	88,0	83,0	90,0
Datas	20/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

#### TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA

TEMPO (Paciente) ..... 23,90 segundos  
RATIO ..... 1,02

24,3 a 35 seg.

Tempo			
Laudo Evolutivo	23,90	24,80	23,90
Datas	20/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

Ratio			
Laudo Evolutivo	1,02	1,06	1,02
Datas	20/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

#### SITUAÇÃO CLÍNICA

INR

##### INTERVALO

Terapia de Anticoagulação, Prevenção e tratamento de venose  
Embolia Pulmonar Sistêmica, Embolia Arterial Pós Operatória  
Infarto Agudo do Miocárdio, Doença de Válvula Cardíaca 2.0 3.0

Prótese Cardíaca 2.5 3.5

Formas Recidivantes de Trombose Venosa Profunda 3.0 4.0

Formas Recidivantes de Embolia Pulmonar

RONILSON Alves Marques  
2º Ten Farmacêutico  
CRF/PE 4060  
Id.: 070662467-4 MD/EB

"Este laboratório participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ)"  
"O original deste exame está no Laboratório de Análises Clínicas - LAC."







MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMNE 7ª RM  
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DO RECIFE  
(HOSPITAL MILITAR DE PERNAMBUCO - 1817)  
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)



Nº Exame: 2002200166 Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
Local de coleta: 5ª ENFERMARIA Data da coleta: 20/02/2020  
PRONTUÁRIO: 070820070 Idade: 19 Ano(s) Sexo: M  
Médico Solicitante: CARLOS HENRIQUE SILVA CUNHA Data da Entrega: 20/02/2020

## HEMOGRAMA COMPLETO

Material: Sangue Método: Analisador Hematológico Sysmex XN-1000  
Solicitado em: 20/02/2020-09:02 hs / Liberado em: 20/02/2020-10:03 hs

ERITROGRAMA	Valores Encontrados	Valores de Referência
Hemácias	5,5 milhões/mm <sup>3</sup>	4,2 - 6,3
Hemoglobina	13,1 g/dL	13,0 - 18,0
Hematócrito	40,9 %	39,0 - 53,0
V	73,8 fL	80 - 96
H	23,6 pg	27 - 32
Ch.M.	32,0 g/dL	31 - 35
RDW	13,9 %	11,0 - 15,5
Observação: Hemácias microcíticas e hipocrômicas		

## LEUCOGRAMA

Leucócitos Totais	Valores Encontrados	Valores de Referência
	4.510	4000 a 11000
	%	/mm <sup>3</sup>
Neutrófilos Bastonetes	0	1 a 4
Neutrófilos Segmentados	63	40 - 65
Linfócitos	17	22 a 45
Monócitos	12	2 a 10
Eosinófilos	7	1 a 5
Basófilos	1	0 a 1
Observação: Leucócitos morfológicamente bem conservados		

PLAQUETAS	Valores Encontrados	Valores de Referência
MPV	221.000 /mm <sup>3</sup>	150.000 - 450.000
P	11,8 fL	6,2 a 11,8 fL
C	15,1 %	10 a 18 %
Observação: Plaquetas normais em morfologia e número		

## SÉRIE HISTÓRICA

Hemoglobina:	13,1	10,8	12,2	12,5 *
Laudo Evolutivo	20/02/2020	17/02/2020	16/02/2020	15/02/2020
Hematócrito:	40,9	33,5	37,1	38,3
Laudo Evolutivo	20/02/2020	17/02/2020	16/02/2020	15/02/2020
Leucócitos Totais:	4.510	6.790	8.550	10.340
Laudo Evolutivo	20/02/2020	17/02/2020	16/02/2020	15/02/2020
PLAQUETAS:	221.00	196.00	211.00	219.00
Laudo Evolutivo	20/02/2020	17/02/2020	16/02/2020	15/02/2020

RONILSON Alves Marques  
2º Ten Farmacêutico  
CRF/PE 4060  
Idt.: 070682457-4 MO/EB

"Este laboratório participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ)"  
"O original deste exame está no Laboratório de Análises Clínicas - LAC."



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUIEL

12-M-01



POLEGAR DIREITO



Felipe Anastacio de Souza  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

10.579.001

DATA DE EXPEDIÇÃO

27/03/2017

NOME

<< FELIPE ANASTACIO DE SOUZA >>

FILIAÇÃO

<< LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA >>

<< MARIA JOSE ANASTACIO >>

NATURALIDADE

TEÓFILO OTONI - MG

DATA DE NASCIMENTO

24/12/2000

DQC.ORIGEM

<< CN: 90.614 L.185 F.163 CART.

TEÓFILO OTONI-MG 29.12.2000 >>

CPF

135.821.144-72

Assinatura do titular

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 2005

111222

F-76 9K124 - 1126



PE Nº 014668332387 BILHETE DE SEGURO DPVAT  
FELIPE ANASTASIO DE SOUZA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
84

ESTÉ É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

SLAC DFPVAT 0800 022 1204

100

EXERCÍCIO — DATA/ENSINO

Figure 1. A schematic diagram of the experimental setup. The subject is seated in a chair, viewing a video screen. The screen displays a target (a small circle) and a starting point (a small square). The subject's hand is positioned at the starting point. The distance between the starting point and the target is labeled as 'Distance'. The subject is instructed to move their hand from the starting point to the target. The video screen is connected to a computer system, which records the hand's position and movement time.

52855/1442 HONDA/XXH138 PROS-EAD

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

10

		PREMIO TARIFARIO	
--	--	------------------	--

36-05 5096

DO NOT DO BILLETTE (RIS) — PIF (RIS) — TOTAL SURFACI ACQUA 120

BOCA UNICA ☐ PRICELADO ☐ 10/19

SECIPADORA / 1988

CHIC 09 248 0001001-04

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 11/02/2021 11:36:51  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021111365122200000073551615>  
 Número do documento: 21021111365122200000073551615





## FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE REANÁLISE - DPVAT

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h

SAC (para dúvidas e reclamações): 0800 022 8189 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06

Canal de Denúncia: 0800 591 2563 | Ouvidoria: 0800 021 91 85

Número do pedido DPVAT: 3200155185

Data da solicitação: 12/06/2020  
DD/MM/AA

Nome do beneficiário: Felipe Amadeu de Souza

CPF do beneficiário: 335.821.7442

Nome do solicitante: Felipe Amadeu de Souza

CPF do solicitante: 335.821.7442

### DADOS PARA CONTATO

Tel. Celular: (81) 987036678  
DDD

Tel. Comercial: ( )  
DDD

Tel. Residencial: (81) 987036678  
DDD

E-mail:

### INFORME A COBERTURA DO SEU PEDIDO

☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☒ INVALIDEZ PERMANENTE

☐ MORTE

### MOTIVO DA SOLICITAÇÃO

☒ DISCORDO DA NEGATIVA

☐ DISCORDO DO VALOR RECEBIDO

☐ DISCORDO DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS

### ESTÁ APRESENTANDO UM NOVO DOCUMENTO PARA COMPLEMENTAR O PEDIDO DE REANÁLISE?

☐ NÃO

☒ SIM, informe qual(is) documento(s) estão sendo entregues:

☒ Novos documentos médicos

☐ Laudo do IML

☒ Boletim de Ocorrência

☐ Notas fiscais complementares

☐ Outros:

(DESCREVER)

### NO CAMPO ABAIXO, SE DESEJAR, DESCREVA A JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Resolvi por meio desta carta solicitar a reanálise do meu processo pois discordo da negativa da seguradora que informa que o meu veículo estava atropelado. Obs. O meu veículo na data do acidente se encontrava em dia porque quando comprei a moto ele veio para meu nome em dia, mas o antigo dono não pagou a data certa não o problema meu a partir que eu paguei a moto ele veio para o meu nome em dia que a validade até março de 2020 mesmo encontrando com burocracia espero ser indenizado evitando futuras ações judiciais.

Vitória 12 de junho 2020

Local e Data

Felipe Amadeu de Souza

Assinatura do solicitante ou de quem assina a pedido (a rogo)

### IMPORTANTE:

Depois de preencher todos os dados, imprima o formulário, assine e entregue no mesmo ponto de atendimento em que deu entrada inicialmente no seu pedido do Seguro DPVAT.

Observação sobre beneficiário/vítima: só alfabetizado.

O não alfabetizado deverá escolher pessoa de sua confiança, alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o formulário, a seu pedido (a seu rogo).





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
REGIMENTO GUARARAPES**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
(RI de Linha MA e SC / 1772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original  
Em  
Ajudante-Secretário

**DIEx nº 011 – Sgte/Cmt 3ª Cla Fuz  
EB: 64091.001691/2020-21**

**Jaboatão dos Guararapes – PE, 19 de Fevereiro de 2020.**

**Do:** Cmt SU

**Ao:** Sr SCmt Btl

**Assunto:** Acidente com militar

**NOME DO ENVOLVIDO:** FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA

**POSTO/GRAD:** Sd EV

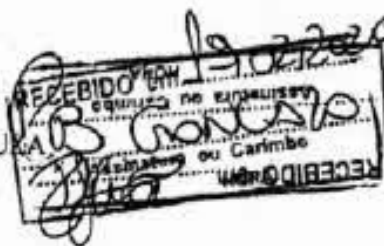
**FUNÇÃO:** Fuzileiro do 3º Pelotão

**LOCAL DO FATO:** Engenho Velho, Jaboatão dos Guararapes - PE

**FOI ATENDIDO E MEDICADO:** Sim

**TESTEMUNHA:** Não há

**ANEXO:** Não há



**DESCRIÇÃO SUCINTA DO ACIDENTE**

Por volta das 13:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2020, o Sd EV FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA, militar desta SU, relatou que estava conduzindo a sua motocicleta, indo para sua residência, após sair do Batalhão, por ocasião do Acionamento do Plano de Chamada; quando um veículo inesperadamente saiu de uma rua do seu lado direito, defronte a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Engenho velho, que está localizada na Avenida General Manoel Rabelo, Jaboatão dos Guararapes-PE; o veículo colidiu com a motocicleta que o Sd EV ANASTÁCIO estava, vindo o mesmo a chocar-se com o para-brisa do veículo e cair de imediato.

Após o fato, o Sd EV ANASTÁCIO, recebeu apoio de um efetivo de militares do 14º BIMtz, que estavam trafegando no local do fato, e em seguida

*[Assinatura]*

**Digitizado com**





foi atendido por uma equipe do SAMU, sendo observado também pelo 2º Sargento CÉSAR, do 14º BIMtz. O Sd EV ANASTÁCIO foi encaminhado ao Hospital Militar de Área do Recife (HMAR), onde foi atendido, medicado e recebeu o diagnóstico que havia sofrido uma fratura exposta em seu fêmur esquerdo, o mesmo foi cirurgiado pelo CAP MED CARLOS HENRIQUE, e está aguardando a sua recuperação.

OBS: O Sd EV FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA, não possui a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e a motocicleta envolvida no acidente, uma HONDA BROS 150, PLACA - PGA 3745, está registrada em seu nome.

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXERCITO BRASILEIRO  
14º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO  
Praça Lima Mota, 507 (772)  
REGIMENTO GUARARAPES  
AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**  
(Proposições importantes a serem esclarecidas)

Em \_\_\_\_\_  
Ajudante-Secretário

1 - Houve crime, transgressão disciplinar, imprudência ou desídia do militar envolvido?	SIM
2 - O fato ocorreu no exercício de suas atribuições funcionais?	NÃO
3 - O fato ocorreu durante o expediente normal ou, quando prévia e formalmente determinado por autoridade competente, em sua prerrogativa ou antecipação?	NÃO
4 - O fato ocorreu no cumprimento de ordem emanada de autoridade militar competente? Se positivo Qual autoridade?	NÃO
5 - O fato ocorreu no decurso de viagem em objeto de serviço, prevista em regulamento ou prévia e formalmente autorizada por autoridade militar competente, em ordem de serviço ou boletim na OM?	NÃO
6 - O fato ocorreu no decurso de viagem imposta por motivo de movimentação, efetuada no interesse do serviço ou a pedido?	NÃO
7 - O fato ocorreu no deslocamento entre a sua residência e a OM em que serve, ou entre aquela e o local de trabalho, ou entre aquela e o local em que sua missão devesse ter início ou prosseguimento, e vice-versa (nesse caso, deverá ser observada a relação entre tempo e espaço, o itinerário percorrido pelo militar e o local declarado como residência, inclusive para fins de vale transporte)?	NÃO
8 - O fato ocorreu em dia sem expediente, durante o deslocamento para tirar serviço para o qual se encontrava escalado?	NÃO

*Felipe Anastácio de Souza*  
**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA - Sd EV**  
Militar acidentado

*Victor Hugo Pereira Alencar de Bonfim*  
**VICTOR HUGO PEREIRA ALENCAR DE BONFIM - 1º TEN**  
Comandante da 3ª Companhia de Fuzileiros

Digitalizado com



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0169647/20

Vítima: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

CPF: 135.821.144-22

CPF de: Próprio

Data do acidente: 15/02/2020

Titular do CPF: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Seguradora: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

**FELIPE ANASTACIO DE SOUZA : 135,821,144-22**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 18/06/2020  
Nome: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA  
CPF: 135.821.144-22

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/06/2020  
Nome: RAJANNE SILVA BARBOSA  
CPF: 102.869.074-61

FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

RAJANNE SILVA BARBOSA



#### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ BMG SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA



CARTÓRIO 17º OFÍCIO  
DE NOTAS - RJ

Valdir Dias de Sousa Júnior



Recatado por AUTENTICIDADE a firma de WALDIR DIAS DE SOUSA JUNIOR  
Cod: 300000236800E  
Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015. Conf. por: Serventia : 4,50  
Em testemunho da verdade. 362 JHAFUNDOS : 20,50  
Total : 25,00  
FRANCA CRISTINA A. O. GONCALVES  
www.20253.FRR-Consulte em <https://www3.tjrs.jus.br/sitpublico>

[illegible]



**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE., nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.





## EXCELSIOR SEGUROS

em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



PORTO  
VIRGINIA

Recife, 20 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgino, Fone: (81)3224-8885 - Rua Tumazina, nº 121  
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de SÉRGIO  
DE PETRIBU BIVAR e JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO, a qual confere  
com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fe. Recife, 20 de  
fevereiro de 2014. E-mail: RS 2.440

Em test. da verdade.

Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada

\*\*\*Válida somente com o selo de autenticidade\*\*\* 15.58



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
CNPJ nº 32.054.526/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011**  
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)

**Data, hora e local:** dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

**Convocação:** anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

**Presenças:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar  
Secretária: Catarina de Petribú Bivar

**Deliberações:** considerando que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 - bairro Afritos - Recife - PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 - Pina - CEP 51011-220 - Recife - PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói - RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

ATA DE 18 DE 2011 - TUPINAMBÁ - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC

12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOS Nº: 20126891940

Protocolo: 12/589194-0

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

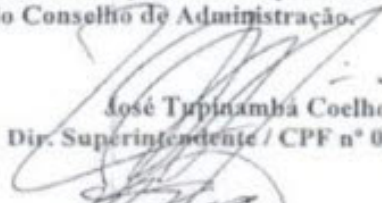
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO





Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250-2 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Colfman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribu Bivar - Secretário / Luciano de Petribu Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

  
**José Turpinamba Coelho**  
Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91

  
**Sérgio de Petribu Bivar**  
Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41

  
**Anderson Fernandes Peixoto**  
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

RCA 18 08 2011 - TUPLE SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 - NIRE nº 26.3.0001024-1

### ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 05 / 2011

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Art. 1º -** A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

**Art. 3º -** A Companhia tem por objeto:

- a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;
- b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

**Art. 4º -** O prazo de sua duração será indeterminado.

#### CAPÍTULO II

#### DO CAPITAL E DAS AÇÕES

**Art. 5º -** O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembleia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

**§ 1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

**§ 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembleias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

**§ 3º -** A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10





Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º -** A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Art. 7º -** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

**Art. 8º -** Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante a publicação de lista de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

#### **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 9º -** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.

**Art. 10 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

**Art. 11 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembleia Geral.

**Art. 12 -** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

**Parágrafo Único -** Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10





**Art. 13 -** O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

**Art. 14 -** Compete ao Conselho de Administração:

- I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II -** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III -** estabelecer os limites operacionais de atuação dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV -** examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V -** estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI -** convocar a Assembléia Geral;
- VII -** manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII -** escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX -** autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X -** aprovar o Regimento Interno;
- XI -** declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII -** deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII -** deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV -** vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV -** aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI -** decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII -** submeter à Assembléia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII -** decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX -** deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX -** distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembléia Geral;
- XXI -** fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII -** criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII -** exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

**Art. 15 -** Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 2 de 10



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

**Art. 16 -** A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

**Parágrafo Único -** O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

### SEÇÃO III - DA DIRETORIA

**Art. 17 -** A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

**Art. 18 -** O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

**Art. 19 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

**Art. 20 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

**Art. 21 -** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

**Art. 22 -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

**Art. 23 -** A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

**Art. 24 -** Compete à Diretoria:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- III - criar e extinguir dependências;
- IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.





**Art. 25 -** Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

**Art. 26 -** São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

**Diretor Presidente**, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

**Diretor Superintendente**, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 53 de 10



c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

**Diretor de Relações com a SUSEP**, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

**Diretor Administrativo-Financeiro**, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

**Diretor Técnico**, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

**Diretor Comercial**, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

**Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade**, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos**, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

**Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998**, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes**, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 4 de 10





**Art. 27 -** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

**§ 1º -** Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

**§ 2º -** A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

**§ 3º -** Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

**§ 4º -** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

**§ 5º -** O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

**§ 6º -** Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

**Art. 28 -** Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

**Art. 29 -** A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

**Art. 30 -** Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

**Parágrafo Único -** Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

**Art. 31 -** A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.





§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32 -** O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembleia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

**Parágrafo Único -** Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 33 -** A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembleia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

**Art. 34 -** Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

#### **CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**Art. 35 -** O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 36 -** Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:

a) os eventuais prejuízos acumulados.

Página 8 de 10



- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

**Parágrafo Único** - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**Art. 37** - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

**§ 1º** - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

**§ 2º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

**Art. 38** - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

**Art. 39** - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

**Art. 40** - A Assembleia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

## **CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Art. 41** - A Companhia, sua Assembleia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42** - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembleia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

**Art. 43** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Art. 44** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10

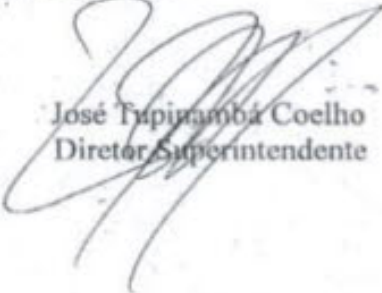


Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Anderson Peixoto OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011

SOB Nº: 20112015204

Protocolo: 11/201520-4

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETÁRIO-GERAL



CONTESTAÇÃO COM ERRO JUNTADA ANTERIORMENTE. FAÇO A JUNTADA DA PEÇA CORRETA.







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00005477120218172001

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mul* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **15/02/2020**, restando permanentemente inválida.

**Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 10/06/2020.**

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Também cumpre ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e as lesões apresentadas pela parte autora haja vista que o boletim de ocorrência apresentado foi elaborado de forma unilateral e declaratória e que o boletim de atendimento médico não é contemporâneo ao alegado sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, torna-se imprescindível a realização da prova pericial, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**<sup>4</sup>.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo<sup>5</sup>.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

<sup>4</sup>SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

<sup>5</sup>APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)



Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74º, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.

Também não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>6</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>7</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

<sup>6</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>7</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>8</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>9</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

<sup>8</sup> SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

<sup>9</sup> art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 2 de fevereiro de 2021.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### **TABELA DE GRADAÇÃO**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento da função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, em curso perante a **32ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00005477120218172001.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## HABILITAÇÃO





Anexo.



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO B**

**PROC.: 0000547-71.2021.8.17.2001**

**RECLAMANTE: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**

**RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial.

**Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.**

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 12 de março de 2021.



**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**  
**CRM 16.868**  
**Médico Perito**

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com



Nº do processo: 0000547-71.2021.8.17.2001

Nome Completo: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

Medidas COVID 19: Temperatura 36,5 Uso de Mascara: SIM (X) NÃO ( )

CPF: 135.821.144-22

Vara: 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente:

JABOATÃO DOS GUARARAPES- PE

Data do Acidente: 15/02/2020

Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Membro inferior esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura de fêmur esquerdo submetido a tratamento cirúrgico.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Atrofia muscular em coxa esquerda + edema crônico em membros + instabilidade ligamentar em joelho esquerdo.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_  
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF.: 009.226.694-06

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa e forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque o percentual

1º Lesão

Membro inferior esquerdo ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal:

12/03/2021

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF.: 009.226.694-06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

(81) 4101.0698





**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-PE**

**PROCESSO Nº: 0000547-71.2021.8.17.2001.**

**SEÇÃO B.**

**FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, devidamente qualificado, nos autos da Ação de Cobrança que move contra **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, por sua procuradora ao final assinada, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>., para apresentar em atendimento ao despacho manifesta-se oferecendo assim a presente

**REPLICA**

Em favor de **FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, pelos fatos e motivos a seguir expostos:

**PRELIMINAR:**

**1. DA TUTELA DE PROVISÓRIA**

Compreende-se que a Tutela Provisória em caráter de evidência é concedida quando há elementos, ou seja, provas suficientes presentes nos autos capazes de solucionar a lide, conforme o que preconiza o art. 311, inciso II, do CPC/15.

A presente demanda, para que seja sanada, faz-se necessário prova pericial com o desígnio de avaliar a lesão sofrida da parte autora, quantificando-a. Nesta composição é que poderá o juiz compreender se é indenizável ou não a ação de cobrança em sede de complementação.

À vista disso, compete ressaltar que prova pericial já foi produzida **ID 70303399**. Isto posto, fundamentado no princípio da celeridade processual, constata-se que a causa está madura, isto é, não precisa de produção de outras provas além das que já constam nos autos, podendo juiz proferir sentença, sem prejudicar nenhuma das partes.

Portanto requer que seja acatado a tutela provisória em caráter de evidencia em sede de liminar, haja vista a presença de prova pericial capaz de solucionar a lide.

**II. DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA RÉ.**

**A) DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

.

Com relação à preliminar acima, nada a opor.

**III. DOS FATOS**

O autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 15/02/2020 e teve como consequência **debilidade permanente do membro inferior esquerdo.**

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço do Consórcio Líder Seguradora, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é partícipe do convênio DPVAT. **No entanto, a parte ré negou o pagamento da indenização , sendo constatada a debilidade na esfera judicial.**



A empresa seguradora ora ré registrou o sinistro, para logo após, que recebida à documentação exigida para cobertura foi entregue pela representante do autor, a indenização foi paga, porém valor inferior ao devido. Contrariando assim a legislação pertinente a matéria, pois toda documentação foi apresentada em conformidade com artigo 5º da Lei nº 6.194/74.

#### IV. DA PERÍCIA JUDICIAL

Restou provado, durante o decorrer do processo, que a parte autora em decorrência do acidente automobilístico, é portadora da **debilidade permanente do membro inferior esquerdo**.

Para dar mais veracidade as afirmações sobreditas, a perícia judicial realizada, atestou o percentual de **50% debilidade permanente do membro inferior esquerdo**, e conforme Tabela regulamentada por Lei nº. 11945/2009, [os valores correspondentes às sequelas do AUTOR são respectivamente:](#)

**R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) pela sequela de 50% do MIE;**

Não resta dúvida no que tange as debilidades do autor, e que o mesmo não recebeu a indenização na esfera administrativa, ficando o valor a receber de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** com as devidas atualizações legais. Logo, requer a parte autora, a procedência do pedido baseado na PERÍCIA JUDICIAL.

#### V. DO DIREITO

Observa-se que o art. 3º, alínea B, da Lei nº. 6.194/74 modificado pelas Leis 11.482/07, art. 8º e nº. **11945/09**, ao tratar da indenização dos danos pessoais cobertos pelo seguro as vítimas de acidente automobilístico deverá ser o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois a debilidade foi no membro inferior esquerdo e na estrutura craniofacial.

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra "b", da Lei nº 6.194/74:

Art. 5 O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a empresa seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria na época do sinistro é de R\$ 13.500,00, porém a quantia paga foi a menor e baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), contrariando as leis federais acima mencionadas.

Logo, o Art. 8º da Lei de nº 11.482/07, em que revogou o art. 3º da Lei 6.174/74, que determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) não ocorrendo qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores. Ficando, claro que a revogação da referido artigo não modifica o entendimento que a tabela determinada pelo CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), não possui qualquer respaldo legal, e sim, a regulada pela Lei nº. 11.945/09.



Vê-se, portanto, que o requerente recebeu a quantia inferior àquela que legalmente lhe era devida. Essa postura constitui evidente afronta aos ditames normativos e não deve prosperar, mormente o entendimento jurisprudencial a pouco externado, de tal sorte que agora deve receber a diferença à época não paga.

Conforme jurisprudência pacífica:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, FUNDAMENTADA EM INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO QUE INDICA DEBILIDADE E DEFORMIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO. APLICAÇÃO DA TABELA DO SEGURO DPVAT, FIXANDO-SE A INDENIZAÇÃO EM 70% DO VALOR PREVISTO EM LEI. SENTENÇA CONFIRMADA.**

1. Trata-se de ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Instruiu o autor o pedido com laudo pericial, firmado por perito da Secretaria de Segurança Pública do Estado, indicando debilidade e deformidade permanente do membro superior esquerdo.

2. Não há falar em complexidade da causa, tendo em vista que a prova acima mencionada é suficiente para possibilitar análise do pedido nos termos em que foi posto em juízo.

3. Descabe, ainda, falar em coisa julgada material. O processo anteriormente ajuizado foi extinto sem resolução de mérito, com o que não fica a parte impedida de ajuizar nova ação.

**Quanto ao mérito, a invalidez permanente da parte está comprovada no laudo acostado aos autos, indicando debilidade e deformidade permanente do membro inferior esquerdo, o que ensejou a viabilidade da Tabela de indenização do Seguro DPVTA (MP 451) que, na hipótese, limita a 70% do valor total da indenização – equivalente a R\$ 10.125,00, como constou na sentença. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.** (1ª Turma Comarca de Pelotas, Recurso nº. 71003680212/2012, Relator Ricardo Torres Hermann, j. 10/05/2012).

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. TABELA QUE PREVE PAGAMENTO DE 70% DO TETO MÁXIMO. DIFERENÇA A SER PAGA. SENTENÇA REFORMADA.. RECURSO PROVIDO.** Insurge-se o recorrente contra a sentença (fls. 53/55), que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão da necessidade de produção de prova pericial por absoluta ausência de laudo oficial do IML. Em suas razões (fls. 57/60), em suma, aduz que tendo em vista ter sido pago indenização a menor no valor de R\$ 2.040,49, quando deveria ser baseado no valor de R\$ 13.500,00 x 70%, o que equivaleria a R\$ 9.450,00, pois este percentual equivale a debilidade permanente de um dos membros superiores. Ressalta que no caso em exame não se discute perda da função, inutilização de membro ou invalidez permanente. Ressalta que os laudos acostados são firmes em afirmar que o recorrente tornou-se portador de debilidade permanente do membro superior direito. Enfim, pede seja reformada a sentença para pagar-lhes a diferença correspondente a R\$ 7.045,51 (sete mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Em suas contra-razões (fls. 66/68), em síntese, pugna pela manutenção da sentença desafiada. É o relatório. Com efeito, o recorrente teria direito ao percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 se tivesse, ao mínimo, acostado aos autos o laudo traumatológico produzido pelo IML, mas não o fez, preferindo acostar fichas de atendimentos realizados em outros municípios, de forma que sem o laudo confeccionado pelo IML outra não é o caminho que não a extinção do processo sem resolução de mérito pela complexidade da causa. Houve o reconhecimento, por parte da seguradora, da invalidez do autor, e além disso, a própria seguradora na audiência reconheceu a invalidez, de forma que considerando a tabela acostada às fls. 36, o percentual de perda é de 70%, devendo ser paga a recorrente a diferença correspondente a R\$ 7.045,51, tendo em vista já ter recebido a quantia de R\$ 2.404,49. E a tabela, para estes casos, prevê o percentual de 70%, que incidirá sobre o valor de R\$ 13.500,00. Faz jus, o autor, a receber a diferença pleiteada. Dou provimento ao recurso, julgando procedente o pleito do autor, condenando a recorrida a pagá-lo a quantia de R\$ 7.045,51, devidamente corrigida pela Tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento desta, e juros de 1% ao mês, a partir da citação. É como voto. **ACÓRDÃO:** Realizado o julgamento do recurso inominado, onde são partes, como recorrente: JABSON ALEXANDRE CORREIA DE AMORIM, e como recorridos: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, em 08 de junho de 2011, a 1ª. Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais



Cíveis, composta pelos Juízes de Direito Dr. AUZIÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI, Dr. ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e Dr. NILDO NERY DOS SANTOS FILHO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes componentes da 1ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, a unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Publicado nesta sessão, ficam as partes de logo intimadas. Recife, Sala das Sessões, 08 de junho de 2011. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02422/2011, Relator Roberto Carneiro Pedrosa, j. 08/06/2011).

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). DEBILIDADE PERMANENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE AFASTADA. INDENIZAÇÃO FIXADA POR LEI EM R\$ 13.500,00. PERCENTUAL DE 70% RECONHECIDO. DIFERENÇA DEVIDA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.** (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02107/2011, Relator Auziênio de Carvalho Cavalcanti, j. 08/06/2011).

Com relação a correção a jurisprudência é pacífica do STJ nº. 580, devendo esta ser da data do evento danoso.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, correspondente à indenização que a demandada indevidamente deixou de lhe pagar, referente a **debilidade atestada**, conforme perícia.

## **VI. DO PEDIDO**

Pelo exposto e fundamentalmente para que os dispositivos legais reguladores da matéria sejam obedecidos, atendidos e acatados a preliminar e requer a **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** conforme perícia **ID 76792689** condenando a demandada ao pagamento da importância devida, acrescida de juros e correção monetária, bem como sua condenação nas custas e honorários advocatícios.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Recife, 18 de março de 2021.

---

Juliana Magalhães  
OAB/PE nº 22.820





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 32ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810503

Processo nº **0000547-71.2021.8.17.2001**

AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**SENTENÇA**

Vistos etc.

**FELIPE ANASTÁCIO DE SOUZA**, devidamente qualificado na prefacial, através de advogado, moveu **AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT** em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, igualmente qualificada.

Aduzindo, em síntese, que, em 15/02/2020, foi vítima de acidente de trânsito, o qual resultou em debilidades debilitação permanente do membro inferior esquerdo.

Acrescenta que requereu, administrativamente, o pagamento do seguro DPVAT em decorrência da aludida invalidez, todavia, nada recebeu a título de indenização.

Desta feita, entendendo fazer jus a indenização do seguro obrigatório DPVAT, pugna pela procedência do pedido para o fim de condenar a ré ao complemento do pagamento da indenização obrigatória no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A exordial veio acompanhada de documentos instrutórios.

A demandada apresentou contestação, alegando a ausência do laudo do IML, documento que julga essencial para ajuizamento. Segue arguindo que cabia à demandante comprovar o seu direito, ônus do qual não se desincumbiu, ausência de nexo de causalidade, e que, na hipótese de procedência, os juros devem ser contados a partir da citação e a correção monetária, a partir do ajuizamento da ação.

A peça de defesa veio acompanhada de documentos.

Laudo pericial de ID. 76792691, informando a existência de lesão parcial incompleta do membro inferior esquerdo no percentual de 50%.

Réplica de id.77178547.

Éo relatório. **D E C I D O.**

O feito comporta julgamento antecipado, a teor do art. 355, I, do Novo Código de Processo Civil, já que as provas colecionadas nos autos bastam para o convencimento do juízo, sendo desnecessária a realização de outra perícia, haja vista que a perícia realizada, mostra-se suficiente para comprovar a lesão sofrida pelo demandante e a sua quantificação.

Antes de adentrar ao mérito entendo necessárias algumas considerações.

No que tange as alegações de ausência do laudo do IML não prosperam as alegações da demandada.

Éque diversamente do alegado pela demandada, o laudo do IML não é um documento imprescindível a propositura da demanda, visto que pode ser perfeitamente substituída pelo laudo de perícia judicial acostado aos autos, já que este também é capaz de comprovar o direito do demandante.





Logo, não sendo documento essencial a propositura da ação, a sua ausência não pode leva-la ao indeferimento da ação.

Do mesmo modo, quanto à alegação de que cabia à demandante provar o fato constitutivo de seu direito, ônus este que entende não ter se desincumbido o demandante, do mesmo modo verifico que não assiste razão a demandada.

Ora, o direito da demandante ficou comprovado ao ser periciada pelo perito judicial e ser constatado através da perícia realizada de id. 76792691 a existência de sequelas permanentes no membro inferior esquerdo da demandante capazes de lhe impor limitações físicas.

No mérito, consoante se vê dos autos, verifica-se que a autora foi vítima de acidente automobilístico no dia 15/02/2020, todavia, cinge-se a lide, portanto, à verificação do alegado direito à indenização no importe de R\$ 13.500,00, tendo em vista a gradação legal da indenização securitária DPVAT.

Insta destacar que o sinistro ocorreu após o advento da Lei nº 11.945/2009, aplicando-se, portanto, as regras contidas no art. 3º da Lei nº 6.194/74 com as modificações trazidas por aquela Lei.

No que se refere à base de cálculo para definição da indenização a ser recebida pela autora, na hipótese de invalidez permanente, reza o art. 3º, § 1º e incisos, da Lei nº 6.194/74, que:

*"§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*

No caso vertente, a parte autora afirma que em decorrência das lesões sofridas no membro superior esquerdo lhe seria devido o valor total de R\$13.500,00, contudo, o laudo médico de ID. 76792691 emitido, embora confirme a existência de lesões permanentes, informa que no caso das sequelas no membro inferior esquerdo o grau de incapacidade é intensa de 70% (setenta por cento), devendo ainda se aplicar conforme dispõe o art. 3º, § 1º e incisos da Lei nº 6.194/74, respectivamente na lesão parcial incompleta do membro inferior esquerdo, uma redução proporcional, que no caso é de 50% (cinquenta por cento) o que implicaria numa indenização securitária no valor de R\$ 4.725,00.

Desta feita, considerando que a parte autora nada recebeu a título de indenização, faz jus ao pagamento do mencionado seguro, devendo, assim, a seguradora suportar o pagamento do valor de R\$ 4.725,00 (Quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Ante o exposto, e nos termos da fundamentação supra, resolvo **julgar parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, o que faço com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, para condenar a ré a pagar ao demandante o valor de R\$ 4.725,00 (Quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, com correção monetária pela tabela ENCOGE desde a data do sinistro e juros de mora de 1% ao mês contados da efetiva citação.

Ainda, em face da sucumbência da demandada, condeno-a, nos termos do art. 82 § 2º e 85 do NCPC, ao pagamento das custas e honorários estes no percentual de dez 10% do valor da condenação.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa na Distribuição.



P. R. I.

Recife, 19 de março de 2021.

**Andréa Duarte Gomes**  
Juíza de Direito

BCLA





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 32ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0000547-71.2021.8.17.2001  
AUTOR: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 77280138, conforme segue transcrito abaixo:

*" No caso vertente, a parte autora afirma que em decorrência das lesões sofridas no membro superior esquerdo lhe seria devido o valor total de R\$13.500,00, contudo, o laudo médico de ID. 76792691 emitido, embora confirme a existência de lesões permanentes, informa que no caso das sequelas no membro inferior esquerdo o grau de incapacidade é intensa de 70% (setenta por cento), devendo ainda se aplicar conforme dispõe o art. 3º, § 1º e incisos da Lei nº 6.194/74, respectivamente na lesão parcial incompleta do membro inferior esquerdo, uma redução proporcional, que no caso é de 50% (cinquenta por cento) o que implicaria numa indenização securitária no valor de R\$ 4.725,00. Desta feita, considerando que a parte autora nada recebeu a título de indenização, faz jus ao pagamento do mencionado seguro, devendo, assim, a seguradora suportar o pagamento do valor de R\$ 4.725,00 (Quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Ante o exposto, e nos termos da fundamentação supra, resolvo julgar parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, o que faço com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, para condenar a ré a pagar ao demandante o valor de R\$ 4.725,00 (Quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), com correção monetária pela tabela ENCOGE desde a data do sinistro e juros de mora de 1% ao mês contados da efetiva citação. Ainda, em face da sucumbência da demandada, condeno-a, nos termos do art. 82 § 2º e 85 do NCPC, ao pagamento das custas e honorários estes no percentual de dez 10% do valor da condenação. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa na Distribuição. P. R. I. Recife, 19 de março de 2021. Andréa Duarte Gomes Juíza de Direito "*

RECIFE, 29 de março de 2021.

**FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00005477120218172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Deferimento.

RECIFE, 9 de abril de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE








## Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		06/04/2021	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
06/04/2021	040271701352103307	00005477120218172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	300,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS		Jurídica	33054826000192	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
FELIPE ANASTACIO DE SOUZA		FÍSICA	13582114422	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
344825AA7FB34CCE				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12732.359240 6 86040000030000				




## RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 12732.359240 6 86040000030000	
Cedente / Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271701352103307	Nosso Número 14000000127323592-7	Vencimento 28/04/2021	Valor do Documento 300,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 32A VARA CIVEL PROCESSO: 00005477120218172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01838453 - 9 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271701352103307 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 12732.359240 6 86040000030000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 28/04/2021
Beneficiário <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 30/03/2021	Nº do documento 040271701352103307	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 30/03/2021
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000127323592-7
				(=) Valor do Documento 300,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 32A VARA CIVEL PROCESSO: 00005477120218172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: FELIPE ANASTACIO DE SOUZA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR CONTA: 2717 040 01838453 - 9 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271701352103307 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-  
PE

Processo nº. 547-71.2021.8.17.2001

**FELIPE ANASTACIO DE SOUZA**, já qualificado nos autos da presente Ação de Conhecimento, sob o numero em epigrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer que tenha inicio a fase de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** de modo que **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S.A.**, já devidamente qualificados nos autos do processo, venham adimplir a obrigação fixada por sentença que transitou em julgado.

O valor da condenação, calculado conforme sentença ficou no importe de **R\$ 5.685,72 (cinco mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**, devendo ser corrigido monetariamente pelo IGP-M a contar da distribuição e juros legais a contar da citação.

Conforme planilha abaixo:

Parte superior do formulário  
Parte superior do formulário

**PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS**

Data de atualização dos valores: abril/2021  
Indexador utilizado: ENCOGE (XI ENCONTRO)  
Juros moratórios legais  
Acréscimo de 0,00% referente a multa.  
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1		15/02/2020	4.725,00	5.070,49	0,00	98,35	0,00	5.168,84
Sub-Total								R\$ 5.168,84
Honorários advocatícios (10,00%) (+)								R\$ 516,88
Sub-Total								R\$ 516,88
TOTAL GERAL								R\$ 5.685,72

Parte inferior do formulário

Parte inferior do formulário

Parte superior do formulário  
Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Tendo em vista que a Requerida não cumpriu a sentença homologada por Vossa Excelência, se faz necessário o inicio da fase de cumprimento de sentença.



Diante do exposto requer a Vossa Excelência que tenha início a fase de Cumprimento de Sentença:

- a) Que seja concedido a parte autora o pedido da **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC;
- b) Com a intimação da Requerida, para que em quinze dias pague o valor de **R\$ 5.685,72 (cinco mil seiscientos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**;
- c) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa de 10% e, também, de honorários de advogado de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º do CPC, devendo Vossa Excelência proceder com a penhora online do valor devido a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I e 854 ambos do CPC, corrigidos pelo IGP-M desde a distribuição e acrescidos de juros desde a citação
- d) Desde já requer que se houver bloqueio de valores SISBAJUD, seja expedido alvará em favor do AUTOR.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife, 03 de maio de 2021.

**JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES**  
**OAB/PE 22.820.**



**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer determinação da expedição do alvará em favor do perito, diante da realização da perícia e entrega do laudo.

Nesses termos.  
Pede deferimento.  
Recife, 10 de maio de 2021.

***Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho***  
***CRM 16.868***

